



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

THUANE LIESENFELD DA SILVA

**A IMPARCIALIDADE PARCIAL DO ZERO HORA: ANÁLISE DO DISCURSO DE
REPORTAGENS SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

Porto Alegre

2016

THUANE LIESENFELD DA SILVA

**A IMPARCIALIDADE PARCIAL DO ZERO HORA: ANÁLISE DO DISCURSO DE
REPORTAGENS SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Comunicação Social do Centro
Universitário Ritter dos Reis como
requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Me. Roberto Villar
Belmonte.

Porto Alegre

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a Deus, por ter me sustentado até aqui.

Ao meu orientador, Prof. Me. Roberto Villar Belmonte, pela dedicação, orientação, esforço e engajamento na minha monografia, e por entender minha insistência no tema Imparcialidade. Obrigado por toda contribuição no meu crescimento como estudante e profissional durante o período letivo - principalmente na cadeira de Jornalismo Ambiental, quando conquistei o primeiro lugar na categoria estudantil no 14º Prêmio Massey Fergusson de Jornalismo Ambiental. Além da amizade e ajuda em hora e fora de hora para fazer com que a realização do sonho de me tornar jornalista fosse possível.

Gostaria de registrar minha gratidão a todos os professores e colegas de curso que contribuíram para esta pesquisa com ideias, indicações de materiais bibliográficos, sugestões e ensinamentos, além de, sobretudo, entenderem como ninguém a importância da conclusão de uma graduação para um aluno.

Aos meus colegas e amigos da FACS, serei eternamente grata por me ajudarem na conclusão de cada semestre e me segurarem quando, por muitas vezes, cogitei desistir. Sem eles seria mais difícil prosseguir.

Aos meus pais, Everton Júnior Rosa da Silva e Améris Teresinha Liesenfeld da Silva, agradeço a compreensão e o apoio nos momentos que mais tive dificuldades e precisei de consolo. Sem eles eu não teria chegado até o final e nem conquistado tudo que conquistei. E a toda minha família pela colaboração, pelos abraços e orações pelo meu sucesso, eles foram os fortalecedores das minhas pernas nesta caminhada.

“O que há de ser o jornalista? Este homem que conta a verdade factual para garantir a sobrevivência humana. É uma questão de sobrevivência do homem, a defesa da verdade factual.”

Mino Carta (2014)

RESUMO

O tema desta monografia é a imparcialidade do jornal Zero Hora em reportagens sobre o impeachment de Dilma Rousseff publicadas no período de 18 de abril a 01 de setembro de 2016. O problema desta pesquisa era saber se o jornal ZH foi imparcial na cobertura do impeachment de Dilma. A metodologia mobilizada neste estudo foi a Análise do Discurso de Linha Francesa (AD). Após revisar a bibliografia sobre imparcialidade jornalística, três formações discursivas - Governo Fracassado, Dilma Despreparada e Zero Hora Imparcial - foram encontradas no corpus desta pesquisa. A partir do discurso construído nas reportagens do jornal analisadas, foi possível perceber que a imparcialidade do jornal Zero Hora é, na verdade, parcial, pois predomina um sentido favorável ao impedimento de Dilma e do seu governo – apesar de o jornal ZH se apresentar publicamente como um veículo jornalístico pautado pela imparcialidade. Com isto, foi refletido sobre a importância da imparcialidade no jornalismo e confirmada a hipótese desta pesquisa que era a ideia de que o jornal Zero Hora foi parcial e favorável ao impeachment na cobertura do processo de impedimento.

Palavras-chave: Imparcialidade jornalística. Verdade factual. Discurso. Zero Hora. Impeachment de Dilma Rousseff.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os sentidos da imparcialidade	21
Quadro 2 – Manual de Ética, Redação e Estilo – Zero Hora	34
Quadro 3 – Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística do Grupo RBS	35
Quadro 4 – Reportagens analisadas	45
Quadro 5 – Formações discursivas	51
Quadro 6 – Descrição da codificação utilizada no corpus	51
Quadro 7 – Formação discursiva Governo Fracassado (GF)	52
Quadro 8 – Formação discursiva Dilma Despreparada (DD)	53
Quadro 9 – Formação discursiva Zero Hora Imparcial (ZI)	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 IMPARCIALIDADE JORNALÍSTICA	10
2.1 CÓDIGOS DE ÉTICA	21
2.2 CREDIBILIDADE	24
3 O ZERO HORA	29
3.1 OS POSICIONAMENTOS ÉTICOS DA RBS	33
3.2 A IMPARCIALIDADE DO ZERO HORA	37
4 METODOLOGIA	42
4.1 CORPUS	45
4.1.1 impeachment	46
4.2 FORMAÇÕES DISCURSIVAS	50
4.3 SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS	52
5 ANÁLISE	56
5.1 GOVERNO FRACASSADO	57
5.2 DILMA DESPREPARADA	61
5.3 ZERO HORA IMPARCIAL	66
5.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	69
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
ANEXOS (DVD)	83

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia analisa a imparcialidade no discurso de reportagens do jornal Zero Hora sobre o impeachment da ex-presidente da República Federativa do Brasil Dilma Rousseff, publicadas no período de 18 de abril de 2016 (início das votações pelo impeachment) a 01 de setembro de 2016 (fim das votações e aprovação do impeachment). Para isto, a metodologia aplicada neste estudo foi a Análise do Discurso de Linha Francesa (AD). Para a constatação das três formações discursivas (Governo Fracassado, Dilma Despreparada e Zero Hora Imparcial) presentes no corpus desta pesquisa, fez-se uma revisão bibliográfica nos autores sobre imparcialidade jornalística. Após a análise realizada, o que foi encontrado é que a imparcialidade do jornal Zero Hora é, na verdade, parcial, pois predomina no discurso das reportagens analisadas um sentido negativo sobre Dilma e seu governo e favorável à tese do impedimento – apesar de o jornal ZH dizer em seus códigos de ética que o seu jornalismo é imparcial.

A escolha do tema das reportagens foi feita em função da importância do momento político vivido pelo Brasil no ano de 2016. E também pela compreensão da complexidade de uma cobertura política, onde é necessário ter muito cuidado ao lidar com os fatos. O Zero Hora foi o jornal selecionado, pois é o maior jornal em circulação do Rio Grande do Sul e um dos mais importantes do país (o 5º maior), segundo o Grupo RBS (2016). Dando atenção à cobertura sobre o impeachment que o jornal produziu, elaborou-se uma hipótese de que o ZH construiu um discurso com um sentido predominante parcial apoiando o impedimento de Dilma. A partir disto, se tornou necessária a discussão da imparcialidade jornalística.

Para responder ao problema desta monografia - saber se o jornal Zero Hora foi imparcial na cobertura do impeachment de Dilma Rousseff - o objetivo geral elaborado foi o de analisar a imparcialidade jornalística no discurso de reportagens do jornal Zero Hora sobre o impeachment de Dilma Rousseff. Para o alcance deste objetivo geral, três objetivos específicos foram determinados e alcançados: revisaram-se as bibliografias sobre imparcialidade jornalística nos autores do jornalismo e no Zero Hora; identificaram-se as formações discursivas que predominaram nas reportagens sobre o impeachment do jornal Zero Hora; e a partir da Análise do Discurso das reportagens, refletiu-se sobre a importância da imparcialidade no jornalismo.

A necessidade de debater a imparcialidade nesta monografia também se deu, principalmente, por perceber que o termo imparcialidade é um dos mais discutidos entre os jornalistas e estudantes de jornalismo. Apesar de ser muito questionada a sua empregabilidade nos relatos dos fatos, ainda assim o termo não perde a força quando é discutido o jornalismo de qualidade. Inclusive, o termo imparcialidade consta em diversos códigos de ética de jornais do mundo inteiro, como o de Zero Hora, e até o próprio código de ética dos jornalistas brasileiros - a principal diretriz na qual os jornalistas do Brasil deveriam se apoiar – traz referências ao princípio da imparcialidade, mesmo que o termo não conste literalmente entre os artigos e parágrafos do código da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

A imparcialidade está presente constantemente no dia a dia dos comunicadores, e desde o século XIX a imparcialidade é considerada um princípio do jornalismo. Além disto, como visto na revisão bibliográfica desta monografia, ela é muito usada para a promoção da autoimagem do próprio jornalista ou do jornal, servindo como selo de qualidade para o produto que está sendo vendido ao leitor de notícias. E por ser, muitas vezes, banalizada a sua utilização que se faz necessária à contínua discussão sobre a empregabilidade da imparcialidade no jornalismo.

Nesta pesquisa, a imparcialidade é estudada de duas formas distintas em seus significados. A primeira é a relação da imparcialidade com a teoria do espelho - que defende que o jornalista é isento em seus relatos porque apenas espelha a realidade e por isso sua verdade é tida como absoluta - e a segunda forma é a relação da imparcialidade com a teoria da construção social da realidade - que compreende a subjetividade como constituinte do ser humano jornalista e por ser assim se usam métodos objetivos para reconhecer e narrar a verdade factual.

Por esta bifurcação conceitual sobre imparcialidade que esta monografia torna-se contribuição importante para estudantes e profissionais, pois nas bibliografias e trabalhos consultados sobre imparcialidade jornalística para a construção desta pesquisa não foi encontrada uma divisão dos conceitos de imparcialidade pelas teorias do espelho e da construção social da realidade. Outra contribuição importante é a diferenciação entre o princípio da imparcialidade e o método da objetividade, termos geralmente tratados erroneamente como sinônimos. Nesta monografia, portanto, há uma separação conceitual entre os termos imparcialidade e objetividade.

No capítulo da imparcialidade jornalística, discutiu-se o surgimento da imparcialidade como princípio do jornalismo e o surgimento da objetividade como método estratégico para objetivar o relato jornalístico. É feita a divisão conceitual sobre a imparcialidade por meio da teoria do espelho e da teoria da construção social da realidade, incidindo de maneira distinta sobre seus significados. Nesta pesquisa o princípio da imparcialidade é defendido pelo viés da teoria da construção social da realidade. Além disto, se discutiu os processos que os jornalistas usam para objetivar o trabalho jornalístico. É apresentado o código de ética dos jornalistas brasileiros, grifando os artigos e parágrafos que fazem referência à imparcialidade e à objetividade. A credibilidade é um dos temas discutidos como valor para o jornalismo. Por fim, as noções de interesse público e interesse do público foram abordadas, A importância do interesse público como princípio e critério para um jornalismo de qualidade é ressaltada.

Já no capítulo sobre o Zero Hora, foi apresentada a história do ZH e seus posicionamentos éticos, expondo o Manual de Ética, Redação e Estilo do jornal, publicado em 1994, e o Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística do Grupo RBS, publicado em 2011, que serve como diretriz atual. Além disto, neste capítulo, são trazidas declarações de dirigentes do jornal Zero Hora que constam nos cadernos especiais de 50, 51 e 52 anos do jornal, apresentando o veículo para a sociedade gaúcha como imparcial e isento. A partir de tais afirmações, problematiza-se o comportamento editorial do ZH com Christa Berger (1998) e Virginia Fonseca (2008), autoras de referência nos estudos sobre o jornal Zero Hora.

Por fim, na análise desta monografia, de forma qualitativa, foram identificadas três formações discursivas - Governo Fracassado (GF), Dilma Despreparada (DD) e Zero Hora Imparcial (ZI) - no discurso de quatro reportagens sobre o impeachment de Dilma Rousseff escritas pelo jornal Zero Hora. As sequências discursivas que compunham as formações discursivas GF, DD e ZI foram analisadas detalhadamente, com a aplicação do método de Análise do Discurso de Linha Francesa (AD), resultando na confirmação da hipótese de que ZH foi parcial na cobertura do impeachment de Dilma - apoiando o impedimento da ex-presidente - e respondendo ao problema desta pesquisa. Com esta confirmação, foi refletido sobre a importância do princípio da imparcialidade visando um jornalismo de qualidade em prol do interesse público.

2 IMPARCIALIDADE JORNALÍSTICA

Um dos termos mais debatidos entre os profissionais e estudantes de jornalismo é a imparcialidade. Entendida como um dos princípios do jornalismo, a imparcialidade tem gerado diversas discussões sobre sua possibilidade, existência e empregabilidade, e sido tema de muitos livros e artigos acadêmicos. O princípio de imparcialidade, também considerado um valor-guia do jornalismo, tem sido utilizado, por muitos jornais brasileiros, como promoção da autoimagem do veículo, como guia para a busca incessante da verdade e ainda como defesa de um trabalho jornalístico com a credibilidade como selo de garantia.

No entendimento desta pesquisa, o princípio da imparcialidade pode ser compreendido de duas formas: a primeira definição refere-se aos termos isenção e neutralidade, considerando a imparcialidade como um princípio que exclui toda e qualquer opinião e interferência subjetiva no relato jornalístico – esta ligada à teoria do espelho; a segunda definição de imparcialidade refere-se ao termo honestidade, tratando a imparcialidade como um princípio que entende a existência da subjetividade do indivíduo, e por isso busca perceber e narrar a verdade factual por métodos objetivos – esta ligada à teoria da construção social da realidade. Por este viés entende-se que somente quando assume a sua parcialidade como sujeito subjetivo que o jornalista consegue pautar sua ação pelo princípio da imparcialidade. A imparcialidade, assim, só é possível como guia para a verdade factual quando, honestamente, há consciência da natureza subjetiva da ação jornalística.

A teoria do espelho entende que o jornalista é capaz de relatar a realidade tal qual ela é, como se fosse um espelho no qual o reflexo é único, exato e absoluto. Tal teoria, assim, considera o jornalista um ser imparcial e isento que relata os acontecimentos sem a interferência de suas opiniões pessoais. Já a teoria da construção social da realidade compreende que é impossível o jornalista separar informação de opinião, pois é com as duas coisas juntas que ele constrói o relato jornalístico e compartilha-o com a sociedade ajudando na construção social da realidade. Sem opinião não é possível a seleção da informação. Além disso, para esta teoria, o significado da realidade dada por uma única pessoa é limitada, pois somente a intersubjetividade dos indivíduos garante um sentido às práticas e valores, com isso, afirma-se nesta teoria que a realidade não é única e nem absoluta, mas construída de forma compartilhada entre os indivíduos.

A imparcialidade ainda provoca muitas confusões conceituais no meio jornalístico, deixando os próprios jornalistas na dúvida de sua possível empregabilidade na construção do relato da realidade e é por isto que se torna essencial sua contínua discussão.

Para Schonhagen (apud SPONHOLZ, 2003), em uma abordagem que se aproxima da teoria do espelho, o conceito de imparcialidade está atrelado à concepção sobre a função do jornalismo, que é a de ser mediador neutro da comunicação social. A definição do princípio de imparcialidade para o jornalismo começou a partir de meados do século XIX, com a discussão dos princípios de imparcialidade e equilíbrio como componentes determinantes da ética profissional de captação e transmissão de notícias (AMARAL, 1996).

Ainda segundo Luiz Amaral (1996), até a primeira metade do século XIX não havia preocupação, por parte do editor e leitor, com equilíbrio e imparcialidade. Como a imprensa era político-partidária, comprava-se jornal para observar a versão parcial dos acontecimentos e para ler as críticas aos adversários. “O interesse [...] pelos acontecimentos relativos à comunidade, isso só viria mais tarde.” (AMARAL, 1996, p. 25).

Ao livrar-se do controle político, no final do século XIX, o jornalismo procurou o seu primeiro grande público com base no relato de crimes chocantes, escândalos, emoções fortes e na veneração de celebridades. Este período foi marcado pela imprensa sensacionalista, segundo Kovach e Rosenstiel (2004). No entanto, a credibilidade para a autoimagem do jornalista e a defesa do seu trabalho era tão importantes que mesmo os barões da imprensa sensacionalista procuravam garantir aos leitores que podiam acreditar no que liam, ainda que nem sempre honrassem o compromisso de serem verdadeiros em seus relatos (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004).

O princípio de imparcialidade, estabelecido por volta de 1850 (AMARAL, 1996), preparou o terreno para a introdução do termo objetividade, que só veio a ser empregado em relação à imprensa cerca de 80 anos mais tarde, depois da I Guerra Mundial. A partir de então, a objetividade passa a se identificar como uma mistura de imparcialidade, factualidade, isenção, neutralidade, distanciamento, alheamento em relação a valores e ideologia (AMARAL, 1996). Segundo o mesmo autor, a noção de objetividade colocou os jornalistas em campos teóricos opostos, provocando uma discussão que se desdobra até hoje.

“Nenhum valor no jornalismo como a objetividade tem sido objeto de tanta discussão, crítica e má-compreensão [...]”, afirma Traquina (2005, p.135). Frequentemente, no que diz respeito ao jornalismo, a discussão sobre a objetividade vem sendo reduzida a uma divisão entre objetividade e subjetividade (TRAQUINA, 2005). Adriano Duarte Rodrigues critica esta simplificação ao escrever que "*é insustentável a dicotomia simplificadora e maniqueia entre objetividade e subjetividade.*" (RODRIGUES apud TRAQUINA, 2005, p. 135). Portanto, apesar destes conceitos serem tratados como opostos que se confrontam, Michael Schudson (apud TRAQUINA, 2005) é um dos autores que enfatiza que o conceito de objetividade no jornalismo não surgiu como negação da subjetividade, mas como reconhecimento da sua inevitabilidade.

Assim como Amaral (1996), Traquina (2005) afirma que o conceito de objetividade nasceu no jornalismo no século XX, surgindo com base numa mudança fundamental do jornalismo, iniciada no século XIX, em que o foco dos jornais começou a ser os fatos e não as opiniões. Como afirma Schudson (apud TRAQUINA, 2005), o surgimento do conceito de objetividade nos anos 1920 e 1930 foi um método concebido como resposta a um mundo novo no qual mesmo os fatos não mereciam confiança. Felipe Pena (2013) também entende que a objetividade surgiu para amenizar a subjetividade do jornalista no relato dos acontecimentos.

A objetividade, então, surge porque há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiossincrasias. E como estas não deixarão de existir, vamos tratar de amenizar sua influência no relato dos acontecimentos. Vamos criar uma metodologia de trabalho. (PENA, 2013, p.50).

A criação da objetividade em prol de diminuir a influência do jornalista nos relatos dos acontecimentos, como Pena (2013) explica, foi marcante no trabalho jornalístico. De acordo com Galdon Lopez (apud BARROS FILHO, 2008), a partir do século XX, os informadores ou jornalistas não podiam emitir juízos de valor nem opinar, essas eram prerrogativas dos editorialistas. Barros Filho (2008) cita que o rigor dessas normas podia ser constatado no depoimento de profissionais da imprensa da época de 1890, como Lincoln Steffens (apud BARROS FILHO, 2008) que relatou que os repórteres tinham de se informar sobre a notícia que ocorria, fazendo isto como máquinas sem preconceitos, cor ou estilo, e que qualquer traço de personalidade e parcialidade em publicações era detectado e suprimido.

A criação da objetividade como método aplicado nos relatos jornalísticos aconteceu, segundo Schudson (apud TRAQUINA, 2005), pela contribuição de dois fatores principais que provocaram a perda da fé nos fatos por parte da comunidade jornalística: 1) a experiência da propaganda na Primeira Guerra Mundial (1914-1918); e 2) o nascimento de uma nova profissão, as Relações Públicas. Durante a Primeira Guerra, como explica Traquina (2005), a propaganda, adotada por muitos jornalistas da época, componentes da Comissão de Informação Pública, foi utilizada para convencer a opinião pública norte-americana da necessidade de uma participação dos Estados Unidos na guerra.

A Comissão produziu mais de 6.000 comunicados, contratou mais de 75.000 pessoas para fazer pequenos discursos nos cinemas e outros sítios públicos, e mobilizou os escudeiros para distribuir nos domicílios discursos do Presidente a favor da guerra. (SCHUDSON apud TRAQUINA, 2005, p. 136).

O segundo fator que provocou a perda de fé nos fatos, segundo Schudson (apud TRAQUINA, 2005), foi o surgimento das Relações Públicas. As Relações Públicas ameaçavam a própria ideia da notícia. Com esta nova profissão, as notícias pareciam tornar-se menos reportagem de acontecimentos e mais reprodução de fatos que correspondiam aos interesses especiais de pessoas ou organizações que tinham os recursos financeiros para pagar os profissionais desta área. Uma realidade passou a ser construída nas páginas dos jornais pelos profissionais de relações públicas para atender aos interesses comerciais e políticos de seus clientes. Fatos começaram a ser produzidos para ganhar as páginas dos jornais.

Por isto, à medida que a imprensa moderna começou a tomar forma, lado a lado com o nascimento da teoria democrática, segundo Kovach e Rosenstiel (2004), a promessa de verdade, objetividade e rigor rapidamente se tornou parte importante do marketing jornalístico. Os autores relatam que o primeiro jornal de publicação regular na Inglaterra propunha-se a transmitir as melhores e mais certas informações. Outro jornal que prometeu a busca pela verdade com rigor e objetividade, segundo os autores, foi o primeiro jornal francês, embora este fosse propriedade do governo. Kovach e Rosenstiel (2004) afirmam que encontram-se iguais promessas de rigor, objetividade e verdade nos primeiros jornais dos Estados Unidos, da Alemanha, da Espanha e de outros países.

Pertti Hermánus (apud BARROS FILHO, 2008) afirma que a objetividade era sinônimo dos conceitos de equilíbrio, justiça, pluralidade e neutralidade. Esta

constelação de conceitos, a qual Traquina (2005) ainda acrescenta o rigor, a exatidão e a honestidade, está consagrada, segundo Traquina (2005), nos códigos deontológicos que foram elaborados pelos jornalistas do século XX para o alcance da credibilidade e da imparcialidade dos jornais da época. A partir disto, Amaral (1996) enfatiza que a objetividade é apontada até hoje como virtude e como método:

Volta e meia, deparamos com jornalistas falando em *balanço objetivo*, *reportagem objetiva*, *relato objetivo*, *declaração objetiva*, *texto objetivo*. Os editores estão sempre recomendando aos redatores e repórteres: sejam objetivos. Muitos manuais de jornalismo fazem o mesmo: *sejamos objetivos, claros e verdadeiros*. A objetividade é apontada como uma das principais virtudes da matéria jornalística, qualidade defendida, há quase um século pela imprensa americana, espelho de muitas, inclusive da brasileira. (AMARAL, 1996, p. 17).

Assim como Amaral (1996) enfatiza que a objetividade é uma virtude e um método, nas palavras de Gaye Tuchman (apud TRAQUINA, 2005), a objetividade também deve ser encarada como um ritual estratégico, pois é identificada como um procedimento de rotina que os jornalistas invocam para neutralizar potenciais críticas ao seu trabalho.

Para que estas críticas sejam anuladas, Pena (2013) relata que a comunidade jornalística costuma defender a teoria do espelho com base na crença de que as notícias refletem somente a realidade, deixando de fora todo o processo de construção da notícia. Isso acontece porque esta maneira de ver o jornalismo foi produzida para dar legitimidade e credibilidade aos jornalistas, tratando-os como imparciais no sentido de neutros.

Por essa teoria, o jornalista é um mediador desinteressado, cuja missão é observar a realidade e emitir um relato equilibrado e honesto sobre suas observações, com o cuidado de não apresentar opiniões pessoais. Seu dever é informar, e informar significa buscar a verdade acima de qualquer outra coisa. Mas, para isso, ele precisa entregar-se à objetividade, cujo princípio básico é a separação entre fatos e opiniões. (PENA, 2013, p. 125).

Já Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004) dizem que a imparcialidade deve significar que o jornalista é justo e isento para com os fatos e para com o entendimento que os cidadãos têm dos mesmos. E para Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2012), a imparcialidade não é a equidistância entre os lados, mas a capacidade de se apresentar como a posição do universal.

Já Michele Rossi e Mário Marques Ramires (2013) dizem que os próprios jornalistas mencionam que é possível fazer o relato puro da informação ao trabalhar para um veículo que estimule a imparcialidade nos relatos jornalísticos. Além disso, Rossi e Ramires (2013) afirmam que o conceito de imparcialidade, ou seu sinônimo,

a isenção, é a característica mais relevante do jornalismo de qualidade. “A condição de isento, imparcial, garante ao jornalista e ao seu trabalho, uma espécie de selo de garantia do produto notícia.” (ROSSI; RAMIRES, 2013, p. 78).

Outra conceituação da imparcialidade defendida em relação à teoria do espelho, para Maigret (apud SARTOR, 2016), é que a funcionalidade social do jornalista corresponde ao seu papel de informador neutro, imparcial e de contra poder. Além disso, por trás dos conceitos de imparcialidade e pluralismo, se encontra a ideia de que é possível se aproximar da verdade absoluta através dos diferentes pontos de vista sobre um problema (SPONHOLZ, 2003). E, para Biroli e Miguel (2012), o princípio de imparcialidade ainda é a capacidade de expor o mundo tal qual ele é a seus leitores, ouvintes ou espectadores.

No entanto, adverte Traquina (2005), a teoria do espelho é uma explicação pobre e insuficiente, que tem sido posta em causa repetidamente em vários estudos sobre o jornalismo. Na mesma linha de pensamento, Pena entende que “[...] a simples argumentação de que a linguagem neutra é impossível já bastaria para refutar a teoria do espelho, pois não há como transmitir o significado direto (sem mediação) dos acontecimentos.” (PENA, 2013, p. 128). Além disso, Pena (2013) diz que as notícias ajudam a construir a própria realidade, o que inviabiliza a existência de um simples reflexo do real. Com isso, os próprios jornalistas estruturam representações do que supõem ser a realidade dentro de suas rotinas produtivas e dos limites dos próprios veículos em que trabalham.

Na mesma linha da construção social da realidade (PENA, 2013), Brixius (2006) entende que os comunicadores são os responsáveis pela difusão das informações em uma sociedade cada vez mais dependente do que é transmitido pelos meios de comunicação de massa. Os relatos elaborados pelos jornalistas são ocorrências do cotidiano, mas não pode ser esquecido o caráter interpretativo do relato, mesmo que inconsciente, em alguns casos. Para o autor, os comunicadores também influenciam na determinação dos acontecimentos e o jornalismo pode ser analisado como expressão teórica das relações sociais concretas.

Martino (2009) debate a ideia de que o jornalismo é auxiliar na construção da realidade dentro da teoria da construção social da realidade. Em outras palavras, segundo o autor, a realidade social é construída a partir de relações de comunicação no sentido de atribuir às práticas, valores e ações um significado compartilhado.

Martino (2009) relata ainda que o sentido dado à realidade é construído através da intersubjetividade.

O significado dado por um único indivíduo aos elementos que o cercam no mundo real tem valor limitado; apenas a intersubjetividade garante a validade das proposições, das práticas e dos valores. Não existe, nesse sentido, uma realidade única, e a construção da realidade social é objetiva na medida em que não está vinculada a um único indivíduo, mas a todos dentro de um grupo ou comunidade. (MARTINO, 2009, p. 80).

A intersubjetividade, para Martino (2009), ganha existência na forma compartilhada de signos, símbolos, interpretações e significados entre os indivíduos. Para ele, é daí que vem a ideia de construção social da realidade, pois, na medida em que os significados às coisas e aos fatos são uma característica adquirida particularmente pelos seres humanos, a realidade se constrói a partir da elaboração e divisão destes significados (podendo ser construídos no trabalho jornalístico, por exemplo) compartilhados de um indivíduo a outro. O princípio da imparcialidade, portanto, também é construído intersubjetivamente.

Na mesma ideia de Martino (2009), que o jornalismo é auxiliar na construção social da realidade através da intersubjetividade dos indivíduos, Michael Real (apud BARROS FILHO, 2008) afirma que apesar de o jornalismo, na teoria do espelho, ter como ideal a isenção e esperar do jornalista a humildade em ser o servidor objetivo dos acontecimentos, é impossível a mídia apresentar um relato completo e objetivo do mundo.

[...] é impossível, epistemológica e metafisicamente, para a mídia, independentemente do seu grau de sofisticação, apresentar um quadro completo do mundo. Quando usamos a linguagem, a ciência, o mito ou qualquer outro sistema simbólico para representar ou manipular a realidade, podemos fazer grandes coisas, mas nunca representar a realidade de forma clara. Argumentar que a mídia oferece um acesso não-distorcido e objetivo à realidade não faz sentido. O espelho é obviamente nebuloso, dando-nos reflexos pouco perfeitos de nossa natureza humana, individual e coletivamente. (REAL apud BARROS FILHO, 2008, p. 36).

Na defesa de que é impossível apresentar a realidade de forma neutra, Chaparro (apud MORETZSOHN, 2001) considera falso o paradigma da objetividade para o exercício da profissão, pois, para ele, o jornalismo não se divide em informação e opinião, mas se constrói com informações e opiniões juntamente, colaborando com a sociedade.

Na mesma linha, a repórter da Globo News Renata Lo Prete (2014) afirmou no documentário O Mercado de Notícias que nos melhores momentos o jornalismo pode contar com uma versão mais completa possível de um fato, mas este relato

sempre será filtrado pelo ponto de vista de quem o escreve, de quem grava, de quem registra, de uma determinada publicação, ou de um determinado veículo. No mesmo documentário, o jornalista profissional José Roberto de Toledo (2014) afirma que sempre vai ter uma interpretação, por mais factual e concreta que seja a base das informações. O relato sempre terá um viés. Para ele, se o jornalista disser que não tem viés nenhum em seu relato, é sinal de que ele deve ter muitos.

No mesmo sentido de Toledo (2014), Nilson Lage (2006) entende que o universo das notícias é o das aparências do mundo, e defende que “por detrás das notícias corre uma trama infinita de relações dialéticas e percursos subjetivos que elas, por definição, não abarcam.” (LAGE, 2006, p. 23).

Entendendo que o jornalismo também é opinativo, Alfred Grosser defende que “a objetividade não existe, mas a vontade de ser objetivo pode ou não existir.” (GROSSER apud BARROS FILHO, 2008, p. 30). Com isto, Barros Filho (2008) afirma que a objetividade só se tornaria possível quando a honestidade, o propósito e a vontade se transformem em um comportamento, hábito ou procedimento informativo. Na visão de Leandro Fortes (2014), um jornalista tem que ter honestidade intelectual e escrever o que tem que ser escrito, contando a verdade.

Na defesa de que o jornalista precisa ter honestidade, a jornalista profissional Cristiana Lôbo (2014) aconselha que o jornalista precisa conversar com quem vem lhe contar a notícia e com aquele que corre para não contar a notícia. Para ela, o desafio do profissional é ter os dois lados do fato e conseguir contar o enredo mais próximo da realidade possível. Para Mino Carta (2014), o jornalista teoricamente oferece aos leitores a oportunidade de confrontar opiniões, de ouvir versões, e de conhecer aquilo que ele chama de verdade factual, a fim de informar sua própria posição dos fatos. “O que há de ser o jornalista? Este homem que conta a verdade factual para garantir a sobrevivência humana. É uma questão de sobrevivência do homem, a defesa da verdade factual.” (CARTA, 2014, 1:30:26).

No mesmo contexto de Chaparro (apud MORETZSOHN, 2001) de que não existe objetividade nos relatos, mas sim informações com opiniões, e de Carta (2014) que afirma que o jornalista é o relator da verdade factual, a fim de informar sua própria posição dos fatos, Ricardo Jardim Andrade (apud AMARAL, 1996) diz que a grande fantasia da nossa época, a grande ilusão do mundo contemporâneo, é justamente o mito da neutralidade científica, o mito que expressa o desejo de uma transparência completa do real.

Graças aos instrumentos teóricos elaborados por Marx, Freud, Husserl, Marcuse e tantos outros, sabe-se que por detrás da pureza e da objetividade oculta-se o vulcão de nossas paixões, de nossos desejos e de nosso interesses. (ANDRADE apud AMARAL, 1996, p. 23).

Concordando com Andrade (apud AMARAL, 1996), Amaral (1996) defende que os nossos atos são influenciados por nossa maneira própria de ver, sentir e reagir ao mundo externo. O autor diz que o ser humano vê o mundo por meio de um filtro e com base nessa apreciação constrói a sua realidade. Por isto, Pena (2005) enfatiza que ninguém é totalmente bom ou totalmente ruim, mas sim a soma de todos os seus lados. Para ele, as definições totalizantes e verdades absolutas apenas transparecem a arrogância e são as causas dos julgamentos precipitados.

Mesmo com as concepções de que o relato isento é impossível pela teoria da construção social da realidade (CHAPARRO apud MORETZSOHN, 2001), ainda há muitos defensores da objetividade e da imparcialidade com significados relacionados à teoria do espelho. Para Traquina (2005), a ética dominante, os valores, as normas identificadas e os procedimentos identificados como profissionalismo fazem com que dificilmente os jornalistas aceitem qualquer ataque à teoria do espelho porque a credibilidade destes está presente na crença social de que as notícias refletem somente a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito profissional e asseguram que são simples mediadores que reproduzem o acontecimento na notícia (que é sempre construída subjetivamente).

Como os jornalistas asseguram que são simples mediadores que reproduzem o acontecimento na notícia (TRAQUINA, 2005), Pertti Hermánus (apud BARROS FILHO, 2008) enumera os processos que correspondem à objetividade, defendida por estes jornalistas, como método estratégico utilizado para a construção de um relato objetivo e de credibilidade:

[...] a objetividade é algo que se consegue automaticamente, 1 – quando o jornalista realmente tem a intenção de ser objetivo; 2 – quando o jornalista assume uma atitude neutra frente ao tema em questão ou frente à sociedade em geral; 3 – quando o jornalista tem os conhecimentos profissionais necessários. (HERMÁNUS apud BARROS FILHO, 2008, p. 30).

A objetividade também pode ser empregada como método estratégico, para Brixius (2006), quando o jornalista segue as regras de apuração e redação, mantendo-se numa postura isenta e imparcial. Além disso, Brixius (2006) afirma que a verificação da veracidade dos fatos é um dos primeiros passos no uso do método objetivo. Para se manter objetivo, Lage (2006) aconselha que na construção da

notícia devem ser excluídos conceitos que expressam subjetividade. Para o autor, não é notícia o que alguém pensou, imaginou, concebeu ou sonhou, mas o que alguém disse, propôs, relatou ou confessou.

Alguns procedimentos que também colaboram com a utilização do método objetivo são, segundo Lage (2006), os de exatidão. Por exemplo: não se escreve “alguns manifestantes”, mas, sempre que possível, “10, 12 ou 15 manifestantes.” (LAGE, 2006, p. 26). Também não se diz que uma vila esta próxima de uma cidade, mas procura-se informar qual a distância em quilômetros exata (LAGE, 2006). Para o autor, a hora exata do desastre, o número de desabrigados pela enchente, entre outros procedimentos de exatidão cumprem um efeito de realidade.

Tuchman (apud TRAQUINA, 2005) identifica outros quatro procedimentos que, geralmente, os jornalistas utilizam para objetivar o trabalho jornalístico: 1) a apresentação de possibilidades conflituosas: os jornalistas têm de ser capazes de identificar os fatos, mesmo que o fato não seja fácil de ser verificado. Assim, tentando sempre mostrar os dois lados deste fato; 2) apresentação de provas auxiliares, como documentos: há ocasiões em que os jornalistas conseguem obter provas que corroboram uma afirmação; 3) o uso das aspas: os jornalistas veem as citações de opiniões de outras pessoas como prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, os jornalistas acham que deixam somente os fatos falarem; 4) a estruturação da informação numa sequência apropriada: a informação mais importante relativa a um acontecimento é apresentada no primeiro parágrafo (lead¹) e a estrutura da notícia assemelha-se a uma pirâmide invertida.

Fortes (2014) afirma que, geralmente (no jornalismo declaratório), a matéria já esta decidida, por isso é preciso que o jornalista busque aspas e informações que serão adaptadas àquela tese que foi definida na reunião de pauta. Para ele, isto é um antijornalismo. Fortes (2014) defende que esta postura do jornalista é uma atividade que usa a linguagem jornalística, mas, no fundo, é uma atividade criminosa. É uma atividade que tem estado muito em voga no Brasil, sobretudo, como atividade partidária que é de destruir reputações para minar determinados setores políticos no Brasil (FORTES, 2014). Ao editorializar o noticiário em prol de interesses particulares, os jornais abandonam o princípio da imparcialidade.

¹ *Lead* é um termo utilizado pelos jornalistas para nomear o primeiro parágrafo de um texto onde constam as principais informações da notícia. Geralmente, no *lead* constam as respostas para as perguntas: o quê?; quem?; quando?; onde?; como?; e por quê?

Tuchman (apud BRIXIUS, 2006) diz que esses procedimentos e posturas do jornalista expõem a percepção seletiva, insistem na ideia de que os fatos falam por si, são instrumentos de descrédito e servem para o jornalista passar sua opinião. Além disso, para ela, os procedimentos iludem o leitor ao sugerir que a análise dos fatos é convincente e definitiva. Todas essas práticas adotadas pelos jornais constroem, para Tuchman (apud BRIXIUS, 2006), estratégias para que o jornalista possa se dizer objetivo. Neste contexto, Fortes (2014) entende que o instrumento de trabalho de todo jornalista é o fato e a verdade factual. Tudo mais, a linguagem e edição, segundo ele, é floreio.

Na mesma ideia de Tuchmann (apud BRIXIUS, 2006), Soloski (apud TRAQUINA, 2005) salienta que a objetividade, como os jornalistas a praticam, é um meio prático de lidar com as necessidades complexas do trabalho noticioso do jornalismo. Além disso, Soloski (apud TRAQUINA, 2005) defende que o próprio profissionalismo deve ser encarado como um método do qual as organizações jornalísticas controlam o comportamento dos repórteres e editores.

Entretanto, para Pena (2013), a sociedade, até hoje, confunde a objetividade do método com a do profissional, e este jamais deixará de ser subjetivo. Além disso, também confunde texto com discurso, o que fica claro na separação dogmática entre opinião e informação. Por isto, para melhor compreensão, Luiz Amaral (1996) explica o conceito de objetividade do método jornalístico, ainda que, para ele, objetividade seja o contrário de subjetividade:

Trata-se de uma noção presente a cada fase do processo jornalístico, desde a pauta de assuntos a serem cobertos até o tamanho, a apresentação gráfica e a natureza do espaço que o texto vai ocupar no jornal. Uma questão de honra, um ideal a ser atingido ou uma paixão do jornalismo do século XX, embora, desde a sua incorporação, tenha sido confrontada com o seu contrário, a subjetividade. (AMARAL, 1996, p. 17).

Em relação à confusão que a sociedade faz entre a objetividade do método com a do jornalista (PENA, 2013), Traquina (2005) afirma que “[...] o papel do jornalismo é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais.” (TRAQUINA, 2005, p. 147). Porém, atualmente, segundo Pena (2013), a notícia nunca esteve tão carregada de opiniões.

A partir dos conceitos presentes na revisão bibliográfica deste capítulo, é possível diferenciar duas maneiras de compreender a imparcialidade, tema central desta pesquisa, conforme quadro de sentidos proposto a seguir.

Quadro 1: Os sentidos da imparcialidade.

	Teoria do Espelho	Teoria da Construção Social da Realidade
Imparcialidade	O jornalista é neutro; O jornalista é isento; A verdade é absoluta; A imparcialidade é da natureza do jornalismo; Objetividade é oposto de subjetividade.	O jornalista é subjetivo; O jornalista é honesto; A verdade é factual; A imparcialidade é um princípio que orienta a prática; A objetividade é um método de trabalho.

Fonte: Dados da pesquisa.

A imparcialidade, compreendida a partir da teoria do espelho, mobiliza os seguintes sentidos: o jornalista é neutro e isento em seus relatos, a verdade jornalística é absoluta, pois a imparcialidade é da natureza do jornalismo, sendo a objetividade considerada o aposto da subjetividade. Já quando compreendida pela teoria da construção social da realidade, viés que orienta esta monografia, a imparcialidade adquire sentidos distintos: o jornalista é subjetivo e, ao admitir isso com honestidade, considera a objetividade como método de trabalho para reconhecer e narrar a verdade factual guiado pelo princípio da imparcialidade. A imparcialidade existe? Existe se for entendida como princípio que orienta a prática jornalística, e não como sinônimo de neutralidade. O jornalista, no entendimento desta pesquisa, precisa perceber sua subjetividade para reconhecer o diferente no outro e assim se deixar guiar pelo princípio da imparcialidade com relatos construídos a partir de métodos objetivos de apuração. Assim como a notícia, a imparcialidade é também construída.

2.1 CÓDIGOS DE ÉTICA

Levando em consideração a afirmação de Pena (2013), de que a notícia nunca esteve tão carregada de opiniões, os veículos de comunicação preocupam-se em defender o relato imparcial e objetivo em seus códigos de ética visando a credibilidade de suas organizações. Sabe-se que mesmo que a palavra imparcialidade e objetividade não constem literalmente no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, atualizado em 2007 pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), seus conceitos são encontrados nas entrelinhas dos artigos como, por exemplo, quando o Código de Ética orienta que o jornalista deve relatar o fato sem depender da linha política de seus diretores ou da natureza econômica da empresa em que trabalha (FENAJ, 2007, Art. 2º, § I), e que o jornalista não pode divulgar

informações visando o seu interesse ou buscando vantagem (FENAJ, 2007, Art. 11, § I). Assim como quando defende a busca da verdade no relato dos fatos e da precisa apuração dos acontecimentos, ou na valorização da pluralidade na construção de um relato.

Não só o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem, dentre suas condutas, o conceito implícito de imparcialidade e objetividade, mas alguns jornais também adotam a referência em seus manuais de ética, como o jornal Zero Hora, objeto empírico desta monografia. No Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística do Grupo RBS (2011), o qual o Zero Hora pertence, o grupo enfatiza que a produção jornalística deve estar fundamentada em conceitos que valorizem a busca da verdade e da pluralidade. Outra declaração com base no Guia é que, além de abrir espaço em seus conteúdos para todos os lados envolvidos no assunto, “a RBS entende que, além da publicação de versões conflitantes, cabe ao veículo procurar apurar a verdade, com **isenção** e na sua plenitude.” (Grupo RBS, 2011, p. 210, grifo nosso).

Para afirmar a importância do princípio da imparcialidade em prol da credibilidade jornalística, encontram-se diversos artigos no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros que orientam como o jornalista deve se portar para alcançar um trabalho de qualidade, mesmo que as palavras imparcialidade ou objetividade não aparecem literalmente. Sobre a imparcialidade, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros salienta artigos como:

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida **independentemente da linha política** de seus proprietários e/ou diretores **ou da natureza econômica** de suas empresas;

.....

Art. 11. O jornalista não pode divulgar informações:

I - visando o **interesse pessoal** ou **buscando vantagem** econômica. (FENAJ, 2007, grifo nosso).

Sobre a objetividade, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros salienta artigos como:

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante **interesse público** é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

[...]

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela **veracidade** dos fatos e ter por finalidade o **interesse público**;

.....
 Art. 4º O compromisso fundamental do jornalista é com a **verdade no relato dos fatos**, deve pautar seu trabalho na **precisa apuração** dos acontecimentos e na sua **correta divulgação**;

Art. 7º O jornalista não pode:

[...]

II - submeter-se a diretrizes contrárias à **precisa apuração** dos acontecimentos e à **correta divulgação** da informação;

Art. 12. O jornalista deve:

I - ressalvadas as especificidades da assessoria de imprensa, **ouvir sempre**, antes da divulgação dos fatos, **o maior número de pessoas e instituições envolvidas** em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas;

II - buscar **provas que fundamentem** as informações de **interesse público**;

[...]

VI - promover a **retificação das informações que se revelem falsas ou inexatas** e **defender o direito de resposta às pessoas ou organizações envolvidas** ou mencionadas em matérias de sua autoria ou por cuja publicação foi o responsável. (FENAJ, 2007, grifo nosso).

Na utilização da objetividade como método estratégico e dos códigos de ética como guia jornalístico, Francisco José Castilhos Karam (2014) cita o trabalho de Barroso Asenjo onde indica que 100% dos códigos deontológicos jornalísticos defendem a verdade, a objetividade e a exatidão da informação, assim como todos os outros termos citados nos artigos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e no Manual de Ética e Autorregulamentação Jornalística do Grupo RBS. Mesmo assim, Karam (2014) diz que o reforço a isto mostra que tais conceitos deontológicos são centrais para o exercício profissional cotidiano e que, no centro das discussões sobre a atividade jornalística, deve estar presente a noção da complexidade que envolve estes termos referidos nos códigos. Para o autor, é comum tais princípios serem defendidos ardorosamente pelos códigos de ética, mas no processo de edição e de utilização do método objetivo há formas bastante sofisticadas de excluir uma fonte, de incluir um anúncio publicitário, de deslocar algumas declarações, ou, até mesmo, de colocarem editores de confiança que façam esse trabalho. Karam (2014) dá um exemplo citando *O Estado*:

Assim, mesmo que o manual de *O Estado* sugira textos *imparciais e objetivos*, para que o leitor tire deles as “próprias conclusões”, há muitas maneiras de contar um fato sem mentir, relatando acontecimentos e diversificando as fontes sem que, contudo, o leitor consiga ficar sabendo o que houve realmente e como se deu a opção ideológica do veículo. (KARAM, 2014, p. 148).

Com a possibilidade de manipulação nas maneiras de contar um fato ao público, Kovach e Rosenstiel (2004) defendem que o papel da imprensa é trabalhar para responder a pergunta: “onde está o material de qualidade?” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 49). E, para que isso aconteça, os jornalistas precisam esclarecer a quem devem lealdade.

Neste contexto, Karam (2014) esclarece que a ideologia e a política estarão sempre presentes na produção, no controle, no acesso, na distribuição e apropriação do conhecimento, e isso renova a necessidade do debate constante sobre a ética jornalística e a ação política. Rosen (apud BRIXIUS, 2006) entende que a objetividade pode ser concebida como um ideal nobre e necessário para a democracia, pois com ela é possível apresentar à comunidade um objeto comum para que os seus membros possam ter dele várias perspectivas e discordar de uma forma produtiva.

2.2 CREDIBILIDADE

Pode-se dizer que, segundo Barros Filho (2008), a objetividade para o alcance da imparcialidade parece ter percorrido o século e virado tema obrigatório de discussões acadêmicas, de conversas em redação e de orientação editorial. Dela depende a credibilidade do veículo e, embora a objetividade do jornalista só exista como método, é preciso, pelo menos, que este método seja aparente. Berger (1998) explica que a credibilidade é entendida como uma marca para os jornais:

É ela que esta constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais. E está sendo constantemente testada, através de pesquisas, junto aos leitores. A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se afirmar, sem, no entanto, nomear-se como tal. Credibilidade tem a ver com persuasão, pois, no diálogo com o leitor, valem os “efeitos de verdade”, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas. (BERGER, 1998, p.21).

Defendendo a credibilidade jornalística, Kovach e Rosenstiel (2004) dizem que a noção de que os jornalistas não são impedidos de investigar e dizer a verdade – mesmo que isso prejudique os interesses políticos e financeiros das organizações jornalísticas – é essencial para relatar as notícias não só de forma exata, mas também persuasiva. Para os autores, a verdade e a credibilidade são a base para os cidadãos acreditarem nas organizações jornalísticas. Além disso, segundo Kovach e

Rosenstiel (2004), a verdade é a fonte de sua credibilidade e o patrimônio mais importante de uma empresa jornalística e daqueles que nela trabalham.

Na mesma linha de pensamento de Kovach e Rosenstiel (2004), Moretzsohn (2001) diz que a objetividade pela busca da verdade e imparcialidade costuma ser encarada como requisito básico para o exercício do bom jornalismo e mesmo que hoje o poder de censura tenha passado para as mãos dos políticos e empresários, defender a objetividade na busca da verdade, imparcialidade e o profissionalismo seria uma forma de reagir contra os interesses comerciais que cada vez mais se impõem.

Lage (2006) defende que a notícia não é avaliada por seu conteúdo moral, ético ou político, o que importa é se de fato aconteceu o que é relatado ou, no caso de uma entrevista, se o entrevistado disse realmente o que foi afirmado no relato. Para o autor, “o que não é verdade, numa notícia, é fraude ou erro.” (LAGE, 2006, p. 26). Portanto, para ele, não é suficiente ser verdadeiro para alcançar a credibilidade, é preciso também parecer verdadeiro.

Na mesma ideia do uso da objetividade como resistência e como busca da verdade factual guiada pelo princípio da imparcialidade, Barros Filho (2008) afirma que se espera do jornalista o fato e que o jornalista deve se tornar um servidor dos acontecimentos e servidor do povo, sem se deixar afetar pelos interesses políticos ou econômicos. Guerra (apud BRIXIUS, 2006) afirma a importância do jornalismo como servidor do povo:

Público e profissionais se empenham no sentido de garantir o espaço noticioso do jornalismo como expressão da realidade. É o imperativo ético que funda o jornalismo, que o coloca como uma das mais importantes instituições das sociedades contemporâneas. Sem a confiança do público e a credibilidade dos jornais, torna-se muito difícil se pensar em jornalismo. (GUERRA apud BRIXIUS, 2006, p.16).

Concordando com Guerra (apud BRIXIUS, 2006), Traquina (2005) afirma que a definição da postura do profissional do campo jornalístico não é somente de responsabilidade dos próprios jornalistas, a sociedade influencia fortemente a definição desta postura profissional. A objetividade, ou o equilíbrio, para Traquina (2005), estão associados, pela maioria dos cidadãos, ao papel do jornalista, e é consagrada nas leis que estabelecem as balizas do comportamento destes profissionais. Segundo o autor, no tipo ideal de jornalismo, os jornalistas são pessoas comprometidas com os valores da profissão em que agem de forma desinteressada fornecendo informação, a serviço da opinião pública. De acordo com

Barros Filho (2008), também existe uma expectativa de imparcialidade por parte do consumidor da mídia.

Na nova cultura da informação 24h por dia, Kovach e Rosenstiel (2004) dizem que as notícias se tornaram mais fragmentadas, as fontes estão ganhando poder sobre os jornalistas que as cobrem, as reportagens estão sendo esmagadas por argumentos fáceis e extremados e a imprensa esta cada vez mais concentrada em encontrar o grande furo. Para os autores, tudo isto esta deslocando a função clássica de elaboração de um relato verdadeiro e fiável dos acontecimentos do dia a dia, criando um novo jornalismo de declaração, que esta esmagando o velho jornalismo de verificação. Apesar destas tendências, Kovach e Rosenstiel (2004) afirmam que os jornalistas atuais continuam a acreditar na importância da verdade, e comprovam que sete em cada dez jornalistas nacionais ou locais acreditam ser possível desenvolver um método profissional para efetuar a cobertura de acontecimentos de forma desinteressada e imparcial.

Na crença de que é possível efetuar uma cobertura desinteressada e imparcial, visando à credibilidade das organizações (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004), os jornalistas tem defendido que seus relatos compreendem o interesse público, pois, no jornalismo, o termo é uma noção que representa os papéis relativos à função da instituição jornalística (SARTOR, 2016). O interesse público, para Basilio Sartor (2016) é o interesse compartilhado entre a sociedade, ou seja, tudo que tem impacto para a vida da população.

Entretanto, o autor afirma que o termo interesse público, defendido pelos jornalistas, também tende a ser invocado como uma estratégia para legitimar interesses privados. “[...] Aqueles que pretendem obter o apoio da opinião pública precisam convencer o público de que estão, de algum modo, interessados no bem comum.” (SARTOR, 2016, p. 121). Desta forma, segundo o autor, a própria mídia, ao ser criticada por exibir conteúdo violento, sensacionalista ou ofensivo, visando seu próprio interesse, alega que deve mostrar aquilo, pois a sociedade precisa e quer saber. Ou seja, informações relacionadas às preocupações privadas dos indivíduos ou instituições e informações de entretenimento, desprovidas de importância para a vida pública, implicam muito mais uma concepção de audiência visando consumidores para os quais os produtos informativos precisam ser feitos sob medida do que o próprio interesse público (SARTOR, 2016).

Sartor (2016) afirma ainda que os termos interesse público e interesse do público são opostos em seus significados, mas o jornalismo pode selecionar um fato de interesse público e construí-lo na perspectiva do interesse do público ou vice-versa. Desta forma, “pode atribuir uma qualidade de interesse público a relatos cuja produção e disseminação atendam aos interesses econômicos da própria organização jornalística [...]” (SARTOR, 2016, p. 125), por exemplo. Além disso, o jornalismo pode ainda dosar os dois termos, de forma equilibrada, tornando a notícia mais atraente às audiências, seja para obter êxito comercial ou como forma de dar mais visibilidade a uma questão de fato pertinente à esfera pública (SARTOR, 2016). Nesse viés, para o autor, importa considerar que o interesse do público, embora vise os interesses privados, não pode ser totalmente descartado de uma concepção de jornalismo, pois, questiona Sartor (2016): “[...] de que adiantaria atender ao critério do interesse público se a produção não é consumida pelos telespectadores?” (SARTOR, 2016, p.125).

Nessa perspectiva, entre o público e o privado, entre a função da mídia e as necessidades capitalistas, entre o caráter cívico e o caráter mercadológico da notícia, entre os aspectos racionais e os aspectos emocionais que incentivam o consumo da informação, Sartor (2016) salienta que “a instituição jornalística tem no interesse público um de seus mais importantes princípios e critérios de noticiabilidade” (SARTOR, 2016, p. 126), pois, para o autor, tanto a seleção dos acontecimentos quanto a construção da notícia devem ser guiados pelo papel de dar visibilidade aos fatos relevantes, relatar a verdade acerca dos fatos, contribuir para formar a opinião pública, exercer a vigilância social e atuar como contrapoder, em prol de alcançar a credibilidade.

Retomando o visto até aqui, neste capítulo discutiu-se o surgimento da imparcialidade como princípio do jornalismo e o surgimento da objetividade como método estratégico para objetivar o relato jornalístico. A imparcialidade pode ser conceituada dentro de duas teorias (teoria do espelho e teoria da construção social da realidade), incidindo de maneira distinta sobre seus significados. Nesta pesquisa a imparcialidade é compreendida pelo viés da construção social da realidade, portanto é entendida como um princípio que deve orientar a percepção e a narrativa jornalística. Segundo tal teoria, compreendeu-se que é impossível o jornalista separar informação de opinião, entendida como subjetividade, pois com as duas coisas juntas – informação e subjetividade - que ele constrói o relato jornalístico e

compartilha-o com a sociedade ajudando na construção social da realidade, e é por este motivo que o profissional busca utilizar métodos de apuração para objetivar o seu trabalho e construir um relato honesto.

Também se discutiu os processos que os jornalistas usam para objetivar o trabalho jornalístico e os códigos de ética utilizados como guia para este trabalho. Além disto, discutiu-se a credibilidade como valor para o jornalismo e a importância do jornalismo como servidor do povo e do jornalista como um ser comprometido com os valores da profissão. Finalizando, as noções de interesse público e interesse do público foram abordadas, afirmando que o interesse público é um dos mais importantes princípios e critérios do jornalismo visando sua credibilidade. No próximo capítulo, o jornal Zero Hora é apresentado e discutido.

3 O ZERO HORA

Neste capítulo, o jornal Zero Hora, objeto empírico desta pesquisa monográfica, é apresentado com sua história e seus posicionamentos éticos, autodeclarados pelo Grupo RBS por meio do Manual de Ética, Redação e Estilo do jornal Zero Hora, de 1994, e do Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística do Grupo RBS, do ano de 2011, utilizado como atual código de ética do jornal Zero Hora. Além disso, discute-se a imparcialidade do jornal ZH na concepção do próprio jornal, problematizando o comportamento editorial do jornal com Christa Berger (1998) e Virginia Fonseca (2008).

O Zero Hora, também conhecido por ZH, é o maior jornal do Rio Grande do Sul, segundo o site do Grupo RBS². É editado na cidade de Porto Alegre e conta com 17 cadernos, 203 jornalistas, uma sucursal em Brasília e mais de 100 colunistas que expõem a pluralidade de opiniões que permite ao leitor, segundo a empresa, compreender melhor tudo que acontece no estado, no país e no mundo (Grupo RBS, 2016).

Fundado em 4 de maio de 1964, sua antiga sede localizava-se na Rua Sete de Setembro, centro de Porto Alegre (Grupo RBS, 2016). O jornal foi criado pelo empresário Ary de Carvalho, que comprou o antigo jornal Última Hora, criado em 1951, que deixou de circular em março de 1964. Carvalho investiu em máquinas e equipamentos de redação, assim como tentou manter boa parte da equipe de jornalistas do Última Hora. Com a compra do terreno onde localiza-se a atual sede do Zero Hora, na avenida Ipiranga, Carvalho se endividou. Diante da dificuldade em quitar as dívidas, para não perder o veículo, ele chamou Maurício Sirotsky para ser seu sócio, vendendo 50% do empreendimento no ano de 1967. Com a falta de crescimento dos lucros do jornal, em abril de 1970 Carvalho vendeu suas ações a Mauricio Sirotsky (BARROS apud LOHMANN, 2011).

Segundo Virginia Fonseca (2008), Mauricio Sirotsky já obtinha o controle da Rádio Gaúcha, que futuramente se tornou a primeira célula do Grupo RBS, e da TV Gaúcha, fundada em 1962, também parte essencial para o Grupo. Segundo a autora, com a compra do Zero Hora, atingindo rádio, televisão e jornal impresso, é

² Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/zero-hora/>>. Acesso em: 28 set. 2016.

criada a Rede Brasil Sul (RBS). Maurício teve como sócios seu irmão Jayme Sirotsky e Fernando Ernesto Corrêa (BARROS apud LOHMANN, 2011).

Desde sua criação, o Zero Hora teve um formato tabloide. Lohmann (2011) explica que este formato era associado à imprensa sensacionalista e que somente jornais de formato standard eram considerados sérios. Segundo o próprio Grupo RBS (apud LOHMANN, 2011), durante alguns anos, antes da compra do veículo pela família Sirotsky, o jornal Zero Hora apresentou, em sua forma e conteúdo, elementos de sensacionalismo, o que o fez assumir a 4ª colocação entre os jornais do Rio Grande do Sul na época. Foi a partir da junção do jornal com as outras mídias de comunicação, em 1970, que o jornal optou por uma linha editorial séria (LOHMANN, 2011).

No início da década de 1970, com o comando de Mauricio Sirotsky, o jornal também começou a buscar furos jornalísticos (LOHMANN, 2011). Ainda segundo a mesma autora, um fato marcante para o jornalismo do Zero Hora foi em 1971 quando o jornal foi o único do Brasil a circular com a notícia da morte de três astronautas russos no espaço. A autora descreve que o Zero Hora, inclusive, chegou a fretar táxis-aéreos para transportar fotografias para publicação de imagens antes de seus concorrentes, em um tempo onde o Grupo RBS tentava superar a crise de vendas, que iniciou na gestão de Ary Carvalho, seu primeiro proprietário, e a escassez dos recursos. Foi a virada para uma linha editorial séria e o mantimento dos furos jornalísticos que começaram no início da década de 70, segundo Lohmann (2011), que contribuíram para o crescimento da credibilidade do jornal para com o público e, conseqüentemente, das vendas de exemplares.

Fonseca (2008) afirma que cerca de dois anos após o Zero Hora passar para o controle do Grupo RBS, em 1972, o jornal atingiu seu equilíbrio orçamentário. Com uma série de investimentos e inovações nas mídias de comunicação do Grupo RBS, a empresa alcança a liderança de mercado, anos mais tarde (FONSECA, 2008).

Algumas mudanças foram essenciais para o crescimento do Zero Hora no ranking de vendas. Ainda segundo Fonseca (2008), em 1972 as antigas linotipos dão lugar a fotocomposição, com a compra de novos equipamentos, o que agiliza a impressão dos exemplares do jornal. Foi a partir deste momento que o ZH se diferencia dos concorrentes pela rodagem de edições extras. Em 1974, segundo Fonseca (2008), junto com a Rádio Gaúcha, o ZH cobre a Copa do Mundo na Alemanha, o que motiva Mauricio Sirotsky a lançar um novo projeto editorial para o

jornal. No ano de 1978 o jornal Zero Hora adquiriu a mais moderna impressora offset do sul do país, ampliando a capacidade de impressão dos exemplares do jornal para 70 mil/hora (FONSECA, 2008). Em 1979 aconteceu o lançamento dos cadernos de classificados, resultando na duplicação da tiragem da edição dominical e ampliação do faturamento do jornal (FONSECA, 2008), o que colaborou com uma maior independência do ZH, segundo Schirmer (apud FONSECA, 2008).

No final da década de 1970, segundo Capparelli (apud FONSECA, 2008), o Grupo RBS já constituía um conglomerado regional com dez estações de televisão, cinco emissoras de rádio, um jornal, uma editora e uma gráfica. Em 1982, o jornal Zero Hora alcança a liderança de vendas no estado do Rio Grande do Sul, juntamente com a liderança de espectadores da TV Gaúcha e da Rádio Gaúcha e com o apoio destas mídias (FONSECA, 2008).

A primeira grande mudança editorial, segundo Fonseca (2008), ocorre somente na metade da década de 1990. Antes disso, a reforma mais próxima do jornalismo fora a substituição de máquinas de escrever e das laudas datilografadas por terminais de vídeos e editores de texto, em 1988, ano do início da informatização do jornal, relata a autora. Porém, segundo Schirmer (apud FONSECA, 2008), apesar de o jornal permanecer quase 20 anos sem uma reforma gráfica e editorial mais profunda, ZH foi melhorando gradativamente. Nos anos que se seguem, Capparelli (apud FONSECA, 2008) afirma que o Grupo RBS investiu em diversificações nas emissoras de rádio, na expansão da televisão e na fundação de novos jornais, assim como em novas tecnologias, como tv a cabo e provedor de acesso a internet.

Na metade da década de 90, houve importantes modificações na forma como o jornal era feito, segundo o Grupo RBS³. Em 1996, a edição e produção do jornal passaram a ser totalmente digital; mas somente em 2007, onze anos depois, entrou no ar o website ZeroHora.com, que passou a apresentar notícias atualizadas 24 horas por dia e sete dias por semana; em 2012, o jornal passou a cobrar pela versão digital do seu conteúdo impresso. O projeto do jornal, segundo a empresa, segue uma tendência mundial de integrar a produção do conteúdo, independentemente da mídia em que é veiculado (Grupo RBS, 2016).

³Grupo RBS. Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/zero-hora/>>. Acesso em: 22 set. 2016.

Ao completar 50 anos, em maio de 2014, Zero Hora fez uma profunda reformulação editorial, gráfica e de marca. Tanto no papel quanto no online, em tablets e nos celulares as mudanças deram início a um reposicionamento e transformação (Grupo RBS, 2016). Novos colunistas, cadernos reformulados, mudança de paleta de cores, tipografia, maior espaço para arte, ilustração e infografia, além de foco em vídeos complementam as mudanças do jornal. Logo após esta reformulação, o Zero Hora reafirmou o compromisso com jornalismo qualificado, que, segundo a empresa, prioriza informação relevante e análise, ritual que é levado em consideração pelo jornal (ZERO HORA, 2016). A partir de 2015, segundo Zero Hora (2016), o jornal vem colocando em prática um investimento em jornalismo, com mais reportagens especiais, iniciativas digitais e novos produtos, o que tem se tornado um exercício diário do propósito do Grupo RBS.

No contexto de reafirmação do compromisso do jornal Zero Hora com jornalismo qualificado, o presidente-executivo do Grupo RBS, Eduardo Melzer (ZERO HORA, 2016), afirma que a missão do ZH é fazer um jornalismo impactante e transformador para o Rio Grande do Sul.

A nossa grande missão como empresa de comunicação é fazer um jornalismo cada vez mais importante para o Rio Grande do Sul. Esse trabalho precisa impactar as pessoas de uma forma transformadora. Esse é o nosso papel, um propósito que os jornalistas do ZH exercem muito bem, todos os dias. (ZERO HORA, 2016, p. 3).

Melzer (2014) diz ainda que o grande legado de um veículo de comunicação, como o Zero Hora, é o de contribuir com o desenvolvimento e a formação da sociedade, levantando temas relevantes e que geram crescimento, evolução, transformação.

A redação do Zero Hora esta trabalhando cada vez mais para elevar a qualidade do conteúdo que é entregue ao público e se esforçando para que o jornalismo se mantenha forte e relevante para a sociedade, afirma a diretora de Redação do Zero Hora, Marta Gleich (2016). Segundo o presidente do Conselho de Administração e do Comitê Editorial do Grupo RBS, Nelson Sirotsky (ZERO HORA, 2016), a imprensa tem uma missão nobre, pois é instrumento de construção da cidadania, do fortalecimento da democracia e da identificação das pessoas com o seu mundo. Portanto, nesse contexto, ressalta o presidente, o Zero Hora cumpre seu papel, como jornal cujo o foco são os interesses da sociedade gaúcha. Para ele,

a credibilidade e o jornalismo praticado com responsabilidade do jornal ZH nunca foram tão atuais como hoje.

Com o foco nos interesses da sociedade gaúcha (ZERO HORA, 2016), Nelson Sirotsky afirma que “uma das principais características de Zero Hora sempre foi a capacidade de inovação e a profundidade ao noticiar os acontecimentos na perspectiva de seu público.” (ZERO HORA, 2014, p.10). O editor-chefe do jornal Zero Hora, Nilson Vargas (ZERO HORA, 2014), segue na mesma linha afirmando que o jornal esta tentando atender ao que o público espera. Por isso, o ZH pretende estar onde o leitor quiser que esteja e nas mais diversas plataformas.

No entendimento do vice-presidente editorial do Grupo RBS, Marcelo Rech (2016), o ZH soube estabelecer uma agenda de assuntos que atende ao interesse de seu leitor, tornando-se única, original e insubstituível, seja em que plataforma for. Portanto, para Rech (2016), a partir dos métodos de proximidade com o leitor adotados por ZH, os jornais com essa visão terão sempre vida longa. E para o jornal Zero Hora, ao conjugar essas visões cosmopolitas e hiperlocalistas, o ZH faz do seu ofício uma profissão de fé, certificando a verdade, testemunhando os fatos e registrando a história, com respeito à premissa de que informar é transformar, alega o executivo do jornal.

Por esta proximidade com o público via circulação e conteúdo online, o veículo obteve, de fevereiro a março de 2016, um crescimento de 61% na taxa de engajamento do público, o que lhe garante o segundo lugar no ranking nacional entre os principais veículos de comunicação do país (ZERO HORA, 2016). Atualmente, a circulação diária do Zero Hora é de 207.599 exemplares, a quinta maior do país (ZERO HORA, 2016). Além disso, o jornal também está presente nas redes sociais com 901 mil seguidores no Twitter⁴, 2.109.309 curtidas no Facebook⁵, 193 mil seguidores no Instagram⁶ e 650.704 seguidores no Google +⁷.

3.1 OS POSICIONAMENTOS ÉTICOS DA RBS

Desde o ano de 1982, quando o ZH atinge a liderança em vendas no estado do Rio Grande do Sul, o jornal tem se posicionado de forma que a credibilidade

⁴ Disponível em: <<https://twitter.com/zerohora?lang=pt>>. Acesso em: 03 out. 2016.

⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/zerohora/?ref=page_internal>. Acesso em: 03 out. 2016.

⁶ Disponível em: <<https://www.instagram.com/zerohora/>>. Acesso em: 03 out. 2016.

⁷ Disponível em: <<https://plus.google.com/+zerohora>>. Acesso em: 03 out. 2016.

ganhasse força (LOHMANN, 2011). Com a entrada de Augusto Nunes como diretor de redação do jornal (no ano de 1991), o Zero Hora publicou oficialmente em livro, no ano de 1994, o Manual de Ética, Redação e Estilo, onde constam as orientações de como o ZH e os seus jornalistas devem se portar para atingir a imparcialidade e alcançar a credibilidade do público. Neste manual, umas das primeiras noções de imparcialidade, por parte do jornal, foram conceituadas:

Quadro 2: Manual de Ética, Redação e Estilo – Zero Hora.

Imparcialidade:

- > Zero Hora não mantém index de nomes ou assuntos proibidos para publicação. A reportagem deve abrir espaço para todos os lados envolvidos no assunto, sem qualquer preconceito, favorecimento ou perseguição;
- > Ao redigir um texto, o jornalista do ZH não pode ter qualquer motivação que não seja a de divulgar, com precisão e equilíbrio, um fato de interesse do leitor;
- > Quando o jornalista tiver algum tipo de envolvimento pessoal ou emocional com o fato ou entrevistado, deve declarar-se impedido de realizar a tarefa. O impedimento deve ser transmitido ao editor da área, que, em caso de dúvida, consultará o diretor da redação ou o editor-chefe;
- > A condição de jornalista não autoriza qualquer integrante da redação a obter vantagens, facilidades ou favores pessoais que não seriam concedidos a qualquer outro cidadão;
- > Os profissionais da Zero Hora não fazem, por conta própria, acordo com colegas de outros veículos para publicarem ou não alguma informação. Propostas de acordos do gênero devem ser encaminhadas ao diretor da redação ou ao editor-chefe.

Precisão:

- > O jornalista da ZH tem o dever de reproduzir com fidelidade declarações ou situações que testemunhou, tanto em textos como em sumários e títulos. O uso de declarações fora do contexto, prejudicando ou não o entrevistado ou o organismo que ele representa, compromete a credibilidade do jornal;
- > O jornalista da ZH tem o dever de conferir a veracidade de informações que possam produzir controvérsias. Rumores, boatos, documentos apócrifos, denúncias anônimas ou dossiês não são noticiados, mas pontos de partida para a busca da informação precisa;
- > Zero Hora entende que a simples publicação de versões conflitantes não é sinônimo de imparcialidade. Informações desencontradas podem confundir o leitor. Cabe ao jornal apurar a verdade, com isenção e abrangência.

Fonte: Zero Hora, 1994.

Nelson Sirotsky (ZERO HORA, 2014) lembra o lançamento do Guia de Ética do Grupo RBS – atual Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística - na década de 1990, como um passo importante na relação de compromisso e transparência com o público. O proprietário do jornal diz que o primeiro dever do jornalismo é assegurar ao público seu direito à informação independente e verdadeira, à opinião plural, às respostas e às correções sempre que essas se fizerem necessárias. Por isso, segundo Nelson Sirotsky (ZERO HORA, 2014), foi lançado o Guia de Ética, porque, segundo ele, o público seria o único que teria o direito de controlar a informação e fazer sua livre escolha.

Como a independência e a verdade são um dos principais compromissos do jornal Zero Hora com o seu público (ZERO HORA, 2016), atualmente o Grupo RBS utiliza um Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística, publicado em 2011, que serve como manual atual para os jornalistas e para o próprio veículo. Para o Grupo RBS (2011), o primeiro dever do jornalismo é a busca da verdade. Comprometido com este princípio universal da atividade jornalística, o Comitê Editorial do Grupo RBS elaborou este conjunto de orientações para servir de referência aos profissionais com o objetivo prioritário de assegurar ao público seu direito à informação independente, à opinião plural, às respostas e às correções sempre que estas se fizerem necessárias (GRUPO RBS, 2011).

Com a criação deste Guia, o Grupo RBS (2011) reafirmou a defesa da liberdade de expressão por considerá-la essencial à democracia e de direito do público. O Grupo RBS entende que só o próprio público tem direito de controlar a informação. A liberdade de expressão não é uma prerrogativa dos jornalistas ou das empresas de comunicação, mas sim um direito dos cidadãos de acessar e receber informações livres de qualquer tutela. Além disso, o Grupo RBS afirma que os seus veículos se empenham em oferecer pluralidade nas opiniões e as diferentes versões dos fatos. No quadro a seguir foram separados artigos onde o Grupo RBS defende o conteúdo isento e plural:

Quadro 3: Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística do Grupo RBS.

4.1. PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

> Na visão do Grupo RBS, jornalismo é a atividade de produzir informação e análise com liberdade, responsabilidade e independência. [...] os conteúdos jornalísticos devem ser baseados em conceitos que valorizem a busca da verdade e a pluralidade.

4.1.2. ACUSAÇÕES – Imparcialidade

> Qualquer pessoa, entidade, empresa, governo ou organismo que sofra alguma acusação deve ser entrevistado e ter sua versão divulgada, quando possível, simultaneamente com a notícia. O espaço editorial deve dar visibilidade para a defesa, com destaque para o contraponto com o intuito de contemplar adequadamente a versão do acusado. Em caso de recusa de entrevista ou esgotadas todas as possibilidades de localização do entrevistado, tal informação deve constar da notícia.

4.1.11. IMPARCIALIDADE

> A notícia deve buscar abrir espaço a todos os lados envolvidos no assunto, sem qualquer preconceito, favorecimento ou perseguição.

4.1.12. INDEPENDÊNCIA

> Os critérios para produção e distribuição de conteúdos jornalísticos devem estar voltados para o interesse do público a que se destinam. Interesses isolados de empresas do Grupo, de seus

proprietários e seus dirigentes, autoridades, anunciantes, fontes ou profissionais não podem prevalecer na escolha de temas e na difusão de informações corretas.

4.1.16. PRECISÃO

- > O jornalista da RBS tem o dever de reproduzir com fidelidade declarações ou situações que testemunhou. Sempre que possível, é recomendável gravar entrevistas;
- > O uso de declarações fora de contexto, prejudicando ou não o entrevistado ou o organismo que ele representa, compromete a credibilidade do veículo;
- > A RBS entende que, além da publicação de versões conflitantes, cabe ao veículo procurar apurar a verdade, com isenção e na sua plenitude.

4.2.2. TRANSPARÊNCIA

- > Sempre que se fizer necessário, os critérios para a tomada de decisão na divulgação de notícias devem ser transparentes, ou seja, devem ser explicitados para o público;
- > A decisão de não divulgar uma informação no contexto de uma notícia deve ser justificada publicamente com base nos conceitos deste guia.

4.2.6. ISENÇÃO

- > Ao elaborar uma notícia, o jornalista da RBS deve ter como única motivação divulgar, com precisão e equilíbrio, um fato de interesse do público;
- > Quando o jornalista tiver algum tipo de envolvimento pessoal ou emocional com o fato ou com o entrevistado, deve declarar-se impedido de realizar a tarefa;
- > Os profissionais da RBS não fazem acordos com colegas de outros veículos para divulgar ou não alguma informação.

4.3.1. NORMAS GERAIS

- > Os veículos da RBS e os detentores de espaços opinativos devem procurar deixar claro para o público o que é opinião pessoal ou da empresa e o que é informação apurada pelo veículo;
- > Comentaristas, colunistas, comunicadores ou colaboradores externos que tenham envolvimento pessoal com o caso ou situação em questão devem deixar clara esta condição para o público.

4.4.1. COBERTURA POLÍTICA

- > A RBS não tem nem apoia candidatos e partidos. Os veículos da RBS procuram abrir espaços equilibrados e adequados aos partidos e seus candidatos, sem favorecimentos ou perseguições;
- > Os partidos de baixa representatividade eleitoral têm cobertura de acordo com suas dimensões.

Fonte: Grupo RBS.

O jornal Zero Hora, segundo seus códigos de ética de 1994 e de 2011, entende que a reportagem deve abrir espaço para a pluralidade, sem favorecer um dos lados. Para o jornal, o profissional não pode ter qualquer motivação que não seja o de divulgar o fato, mantendo-se isento, fiel e abrangente às declarações ou situações, apurando a verdade. Além disso, o espaço editorial do ZH deve dar visibilidade à defesa do acusado promovendo o contraponto do relato. É desta forma que o ZH compreende sua imparcialidade.

3.2 A IMPARCIALIDADE DO ZERO HORA

Berger (1998), ao buscar o conceito da palavra narcisismo no dicionário Aurélio - onde ela é referida como qualidade oriunda do homem que é muito vaidoso e apaixonado por si mesmo - afirma que é desta forma narcisista que muitos jornais se apresentam aos seus leitores. Além disso, afirma a autora, há uma tendência bastante generalizada em alguns jornais de falarem bem de si, “olhando-se encantados no espelho do seu próprio texto.” (BERGER, 1998, p. 66).

É desta forma que Zero Hora enaltece suas qualidades jornalísticas, segundo Berger (1998). A autora explica que é assim que se compreende o jornal como uma figura social, com nome próprio e com identidade própria, integrado a uma determinada comunidade, que busca dia a dia a comprovação de sua aceitação pela comunidade.

Um exemplo atual desta busca pela aceitação do seu conteúdo pelos leitores, citada por Berger (1998), é a afirmação do presidente-executivo da RBS Mídias, Toigo Filho (ZERO HORA, 2016), que grifa a importância do jornalismo de qualidade e também afirma que o fundamento do propósito da Zero Hora como empresa é o da prática do jornalismo com qualidade como oferta para a sociedade.

Nós acreditamos na importância do jornalismo. [...] Ao mesmo tempo que os algoritmos e ferramentas de hoje propiciam que as pessoas tenham acesso à informação mais segmentada e num volume cada vez maior, aumentam a necessidade por conteúdo **imparcial** e com credibilidade, que contribua para a formação da opinião e a consequente capacidade de transformação positiva da realidade. É por isso que o jornalismo de qualidade é hoje ainda mais importante do que no passado. Esse é o fundamento do nosso propósito como empresa e como oferta para a sociedade. (ZERO HORA, 2016, p. 14, grifo nosso).

Além disso, o Zero Hora (2014) afirma que um dos objetivos permanentes do jornal é se tornar cada vez mais próximo dos leitores e mais transparente. Neste contexto, a editora de Área do Zero Hora, Dione Kuhn, diz que diariamente o Zero Hora seleciona os fatos mais importantes e trata-os com análise, profundidade e **pluralidade** para entregá-los aos leitores (ZERO HORA, 2014, p. 3, grifo nosso).

Fonseca (2008) constata que a preocupação em agradar, sobretudo, o leitor é um dos dados mais evidentes do jornal. Aparece nas estratégias de marketing, de circulação, de vendas de assinaturas, na flexibilidade dos cadernos, nas várias formas de entrega do produto, no tipo de treinamento oferecido aos jornalistas e aos funcionários do serviço de apoio, no projeto gráfico e no projeto editorial. Em Zero

Hora, explica a autora, o atendimento ao leitor faz parte dos programas de treinamento dirigidos a jornalistas e sua importância é tanta que editorias foram criadas especificamente para atender as demandas dos leitores. Fonseca (2008) acrescenta que além das editorias, a publicação dos nomes, dos telefones e dos endereços eletrônicos dos editores no site do jornal representa mais uma forma de estimular a comunicação de emissor e receptor. Assim, diz a autora, os leitores têm mais facilidade para sugerir pautas ou criticar abordagens.

Fonseca (2008) afirma ainda que todos os métodos adotados pelo jornal para se aproximar de seu público são estratégias de natureza editorial, que se somam às estratégias comerciais e mercadológicas da empresa. Na verdade, para a autora, esses métodos são formas empregadas pelo jornal com o objetivo de conhecer os seus públicos e mantê-los satisfeitos. Esta mistura de política editorial com estratégias de marketing pode ser desejável do ponto de vista dos objetivos da empresa (FONSECA, 2008). Porém, segundo a autora, o jornalismo que deve visar à publicação e o debate de temas de interesse público, com a adoção destes métodos, transforma-se numa atividade com finalidade de servir ao público, o que representa uma mudança de orientação.

‘Servir ao público’ passa a ser uma atividade pautada por máximas de supermercado segundo as quais é preciso ‘servir bem para servir sempre’, pois ‘o cliente tem sempre razão’. Como mercadoria, a notícia deve ser oferecida de acordo com o gosto do freguês. E, evidentemente, a qualidade do produto passa a ser medida exclusivamente por esse padrão mercadológico: um jornal é bom simplesmente porque vende ou tem audiência. (MORETZSOHN apud FONSECA, 2008, p. 281).

Fonseca (2008) afirma ainda que esta política de, sobretudo, agradar o leitor para incrementar a circulação de exemplares do jornal é um problema de natureza ética. Como os diretores de redação são jornalistas e responsáveis por dar a linha editorial aos veículos, segundo Bucci (apud FONSECA, 2008), o papel do jornalista é o de bem informar o público, por isso ele não tem autorização ética para atender a outros fins que não seja este.

O jornal Zero Hora afirma que ao longo de sua trajetória, o ZH e seus jornalistas têm trabalhado somente a partir do desejo de provocar, com jornalismo de qualidade, análise e profundidade, a evolução da sociedade (ZERO HORA, 2016). Por isto, uma das premissas do jornal é o objetivo de ser curador de toda a informação relevante para o público, selecionar o que de mais importante esta

acontecendo e entregar ao seu leitor de uma maneira **plural e transparente** (ZERO HORA, 2014, p. 3, grifo nosso).

O rigor na apuração dos fatos e a apresentação didática de tudo que ocorre no Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo, segundo o ZH, construíram a credibilidade do jornal, que é o quinto em circulação nacional (ZERO HORA, 2016). Por isso que ao completar seus 52 anos, em 2016, o veículo reafirmou seu compromisso com a qualidade, o profissionalismo, a **isenção** e a **independência** que, segundo o jornal, sempre fizeram parte de uma trajetória baseada na ética e na liberdade (ZERO HORA, 2016, p. 2, grifo nosso).

O paradoxo, segundo Berger (1998), está na justaposição da descrição da imprensa por ela mesma: independência, objetividade e neutralidade são suas bandeiras, afirma a autora. Por isso estes critérios constam em livros didáticos e manuais de redação, como por exemplo, no Manual de Redação e Estilo da Zero Hora, de 1994, e no Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística do Grupo RBS, de 2011. Porém, Berger (1998) salienta que todo leitor que acompanhou a cobertura de alguma reivindicação social na qual esteve envolvido sabe, por experiência, que o Zero Hora não foi isento em suas coberturas. Para a autora, o jornal pode até ter trazido as duas versões do fato, mas a legenda na foto, o número de manifestantes, a palavra que designou os movimentos, sempre tomaram posição.

Berger (1998) diz ainda que é interessante pensar, como critério de passagem do acontecimento à notícia, o espaço que o relato virá a ocupar na página do jornal e como ele caberá ao jornal, pois, para a autora, o acontecimento deve ser compatível com a estrutura editorial, ou seja, caber na ideologia do jornal. Berger (1998) explica que a principal questão para um editor é: “o que há de novo no mundo hoje que ‘caiba’ no meu jornal, que conquiste leitores e não se confronte com os que o sustentam economicamente?” (BERGER, 1998, p. 37).

Na mesma ideia de Berger (1998), Fonseca (2008) explica que a demissão de comentaristas do ZH contrários a qualquer ideia relevante para o público do ZH ou à ideologia do jornal, acontece visando afastar a possibilidade de contrariedade com os leitores simpatizantes do jornal ou com a empresa que o sustenta economicamente. Trata-se da implantação de uma política de evitar conflito, afirma Fonseca (2008). Porém, “o jornalismo é conflito, e quando não há conflito no jornalismo, um alarme deve soar.” (BUCCI apud FONSECA, 2008, p. 282).

Entretanto, o diretor de Produto, Marketing e Vendas do Zero Hora, Marcelo Leite (ZERO HORA, 2016), defende que o Zero Hora sabe fazer jornalismo de qualidade, focado naquilo que é importante para o público. Segundo ele, num futuro próximo, o Zero Hora vai dar notícias do dia na geladeira, no espelho do banheiro, onde tiver que ser, mas sempre, para Leite, com o mesmo profissionalismo e **isenção** de agora (LEITE, ZERO HORA, 2016, p. 14, grifo nosso). Por isso e para manter a credibilidade “um jornal não pode ser um instrumento de uma voz só ou de uma só via.” (MELZER, 2014, p. 11).

Na defesa da credibilidade e do jornalismo com responsabilidade, a vice-presidente de Jornais e Mídias Digitais do ZH, Andiara Petterle (2016), afirma que o Zero Hora é, hoje, considerado uma marca de jornalismo e não mais uma marca de jornal, devido à sua credibilidade. Por isso que o diretor de Mercado Leitor e Operações do jornal, Sidney Zamel (ZERO HORA, 2016), acredita que se alguém contar alguma coisa, é nas plataformas do Zero Hora que será conferida a verdade. Ou seja, para ele, a sociedade presa a curadoria das notícias que o ZH faz na edição impressa e digital. O próprio jornal (2015) diz que informação e tecnologia são mercadorias de fácil acesso, por isso a audiência precisa de curadores criteriosos e confiáveis, e confiabilidade se constrói através de relações de mão dupla.

[...] confiança continua sendo um ativo valioso de empresas e de profissionais. Você já deve ter ouvido que agora não se vende mais produtos ou serviços e sim confiança. Por outro lado, vivemos em um tempo que ficou mais fácil acreditar e deixar de acreditar. Uma enorme quantidade de dados constrói e destrói laços sociais e reputações rapidamente. Na mídia, a curadoria é a nova garantia da palavra empenhada. Por isso, o que você diz tem que ser verdadeiro e relevante. As pessoas podem não concordar com as suas opiniões, mas precisam confiar em você e perceber que suas posições são consistentes. (ZERO HORA, 2015, p. 3).

O jornal tem a intenção de que a marca Zero Hora dê segurança de informação precisa, análise de qualidade e pluralidade de opiniões, para que o leitor forme sua própria visão dos fatos (ZERO HORA, 2016). Porque, segundo Gleich (2016), se o Zero Hora não entregar isso, estará se equiparando aos conteúdos de origem duvidosa que circulam pelo mundo.

Ao se tornar um produto da indústria cultural e uma marca de informação à sociedade, o jornal Zero Hora, segundo Fonseca (2008), adquiriu o caráter de mercadoria, com valor de uso e valor de troca no mercado cultural. Com a adoção do caráter de mercadoria, Fonseca (2008) afirma que a forma de organizar e dirigir o

jornal, de posicioná-lo no mercado e de conceber a atividade jornalística como um negócio teve implicações para o jornalismo, cujo objetivo seria o de formar a opinião pública. Com isso, atualmente, “leitores, ouvintes e telespectadores são, antes de tudo, consumidores” para estes jornalistas (FONSECA, 2008, p. 134).

Quando se analisam as principais estratégias adotadas para a conquista da posição do ZH como marca e líder de mercado no Rio Grande do Sul, percebe-se, segundo Fonseca (2008), que estas estratégias não são de natureza jornalística. Para a autora, são estratégias de empresa: gestão profissional, inovação tecnológica e marketing. O jornal, dentro do Grupo RBS, é o produto que a empresa coloca no mercado, e em razão disso, é possível dizer que o crescimento de Zero Hora no mercado deveu-se mais ao acerto dos métodos de gestão da empresa e menos à qualidade jornalística apresentada no início dos anos 1980 (FONSECA, 2008).

Por isso, Berger (1998) diz que o ZH transformou-se em “o jornal gaúcho” conquistando o status de “a fonte da informação”, possibilitando, assim, o acesso dos leitores gaúchos à realidade (BERGER, 1998, p. 47). Segundo a autora, Zero Hora é um jornal de referência dominante no Rio Grande do Sul onde seu efeito é mais representativo que referencial, pois, como não possui muitos concorrentes, o jornal atua como antessala do poder, engrandecendo os que nele escrevem e os elevando a representantes formais de opinião. Portanto, Berger (1998) salienta que o caso de Zero Hora no Rio Grande do Sul é um argumento de necessidade de situar o jornal em um contexto, dar-lhe o estatuto de um sujeito com nome próprio e uma identidade diferenciada, promovê-lo como referência em credibilidade, mesmo não sendo, para então dar sentido a seu texto garantindo um poder através do dito.

4 METODOLOGIA

A metodologia escolhida para esta pesquisa sobre a imparcialidade do jornal Zero Hora na cobertura do impeachment de Dilma Rousseff é a Análise do Discurso de Linha Francesa (AD). O problema desta pesquisa é: o jornal Zero Hora foi imparcial na cobertura do impeachment de Dilma Rousseff? Para responder a este problema, um objetivo geral foi elaborado: analisar a imparcialidade jornalística no discurso de reportagens do jornal Zero Hora sobre o impeachment de Dilma Rousseff. Para atingir este objetivo geral, três objetivos específicos foram construídos para esta pesquisa: revisar a bibliografia sobre imparcialidade jornalística nos autores do jornalismo e no Zero Hora; identificar as formações discursivas que predominam nas reportagens sobre o impeachment do jornal Zero Hora; a partir da Análise do Discurso das reportagens, refletir sobre a importância da imparcialidade no jornalismo.

A Análise do Discurso de Linha Francesa (AD), metodologia aplicada nesta pesquisa, possibilita um estudo detalhado da linguagem, para que nela se descubra as formas simbólicas e sentidos que a compõem. Segundo Márcia Benetti (2007, p. 110), “de forma mais ampla, o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade, em um processo de contínua e mútua interferência”, desta forma, a autora descreve que o método da AD exige compreender os modos de funcionamento de um discurso jornalístico, possibilitando a compreensão da linguagem utilizada pelo emissor e o que ela transmite ao receptor.

Segundo Eni Orlandi (2001), a nossa relação com o simbolismo é irremediável e permanente, para a autora, estamos totalmente comprometidos com os sentidos e o político, por isso é impossível não interpretarmos as coisas. Portanto, segundo Orlandi (2001) está é a contribuição da Análise do Discurso de Linha Francesa, ela nos coloca em um estado de reflexão e permite-nos sermos capazes de enxergar a linguagem com menos ingenuidade.

Esta metodologia, como explica Orlandi (2001), não trata da língua e nem trata da gramática, embora essas coisas lhe interessem, mas trata do discurso. E a palavra discurso tem em si a ideia de curso, percurso e movimento. Para a autora, o discurso é a palavra em movimento e a prática de linguagem que observa o homem falando, é “o efeito de sentidos entre locutores.” (ORLANDI, 2001, p. 21). Na Análise do Discurso de Linha Francesa, procura-se compreender a língua fazendo sentido,

enquanto trabalho simbólico inserido em um contexto social, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2001).

Assim, a primeira coisa a se observar, para Orlandi (2001), é que a AD não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua inserida no mundo, com as maneiras como ela significa, considerando a produção de sentidos nas falas dos homens enquanto sujeitos e membros de uma determinada sociedade.

É importante ressaltar que o termo sujeito, para a Análise do Discurso de Linha Francesa, não significa necessariamente aquele que escreve e constrói o texto, mas uma posição ocupada pelo autor do texto para falar sobre determinado assunto. “O sujeito do discurso é um sujeito disperso e descentrado.” (FOUCAULT apud BENETTI, 2007, p. 117). Benetti (2007) explica ainda que o indivíduo, ao falar ou escrever, ocupa uma posição determinada para se manifestar naquele contexto. Ainda, segundo a autora, um mesmo indivíduo pode ocupar diversas posições em um mesmo texto.

Orlandi (2001) diz que por levar em conta o homem, a sua história e sua inserção na sociedade, a AD, para encontrar as regularidades da linguagem, relaciona linguagem e sua exterioridade - o lugar onde ela está inserida, o contexto histórico que produz tal significado - pois leva em conta a língua que os sujeitos falam e as situações que produzem o dizer (ORLANDI, 2001). “O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário.” (BENETTI, 2007, p. 109). Orlandi (2001) explica ainda que a AD concebe a linguagem como mediadora entre homem e realidade natural e social.

Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2001, p. 15).

Para a compreensão dos sentidos da língua, a Análise do Discurso de Linha Francesa tem duas técnicas de trabalhos para aplicar em uma análise: o estudo dos sentidos e o estudo das vozes (BENETTI, 2007). No estudo dos sentidos se faz uma análise dos sentidos que o discurso jornalístico transmite dentro do contexto social em que está inserido, observando as formas visíveis (o texto) e as não visíveis (o

sentido produzido pelo texto). E o estudo das vozes faz um mapeamento das vozes (a fonte, o jornalista, o veículo de comunicação, o leitor...) encontradas no discurso, delimitando se o discurso é monofônico (um único sentido no texto) ou polifônico (mais de um sentido no texto) e, desta forma, analisando o grau de pluralidade na construção do discurso jornalístico. Nesta monografia, será utilizado apenas o estudo dos sentidos.

No mapeamento dos sentidos dos discursos, segundo Benetti (2007), é preciso visualizar a estrutura do texto analisado, compreendendo que esta estrutura é criada através de um movimento de forças que é anterior e exterior, ou seja, um contexto histórico. O texto, para a autora, é apenas a parte visível de um processo que foi iniciado em outro lugar, na sociedade, na cultura ou no imaginário. Benetti (2007) afirma que os sentidos que compõem a estrutura do texto nem sempre são aparentes, por isso o estudo dos sentidos da Análise do Discurso de Linha Francesa se faz necessário.

O primeiro passo (BENETTI, 2007) para enxergar a existência de sentidos em um texto é entender que ele possui duas camadas, uma mais visível - o texto - e uma menos visível - o sentido produzido por determinada construção textual. Benetti (2007) explica que para analisar os sentidos, é preciso identificar formações discursivas (FD) dentro do texto. Segundo a autora, uma formação discursiva é uma região de sentidos onde se encontram certas posições de sentido. Cada posição de sentido forma uma FD.

Após identificar as formações discursivas, é preciso mapear as sequências discursivas (SD) do sentido rastreado (BENETTI, 2007). Uma SD, para Benetti (2007), é o trecho onde é encontrada a posição de sentido de determinada FD para que seja analisada e aplicado no relato da pesquisa. Ou seja, uma SD é um trecho recortado onde se encontram formações de frases específicas, adjetivos e tudo aquilo que é empregado no texto que transparece uma posição de sentido formando o discurso da reportagem analisada. Mapeando as SDs correspondentes às FDs, consegue-se visualizar as regularidades nos sentidos construídos pelo texto analisado.

Um fato importante que precisa ser grifado é que, em certas Sequências Discursivas (SDs) que formam uma determinada Formação Discursiva (FD), às vezes, são encontrados sentidos que se confundem com sentidos de outra Formação Discursiva (FD). Orlandi (2001) explica que os sentidos são resultados de

relações e, para a autora, um discurso sempre aponta para outros que o sustentam. Todo discurso, segundo Orlandi (2001), é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não existe um único sentido concreto para o discurso, pois um dizer, para a autora, tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. Orlandi (2001) ainda explica que quando se trata do sentido de formações discursivas, é preciso não pensar as formações discursivas como blocos de sentidos homogêneos funcionando automaticamente. Para a autora, as FDs são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. Por isto, uma sequência discursiva que forma determinada FD pode, também, ter um mesmo sentido de outra FD construída na análise.

4.1 CORPUS

O corpus desta pesquisa é formado por sequências discursivas recortadas de quatro reportagens do jornal Zero Hora publicadas entre os dias 18 de abril de 2016 e 01 de setembro de 2016, início e fim do processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Quadro 4: Reportagens analisadas.

Reportagem nº 1 (R1)	Publicada no dia 18 de abril de 2016, com o título <i>Dilma perde 1º round do impeachment</i> , trata da votação para o impeachment de Dilma Rousseff que aconteceu na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 17 de abril.
Reportagem nº 2 (R2)	Publicada no dia 12 de maio do mesmo ano, com o título <i>Senado decide afastar Dilma</i> , relata a votação para o impeachment de Dilma Rousseff que aconteceu no Senado, em Brasília.
Reportagem nº 3 (R3)	Publicada no dia 01 de setembro de 2016, com o título <i>Nove meses para a história</i> , noticia a última fase de votações do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em Brasília, no dia 31 de agosto.
Reportagem nº 4 (R4)	Publicada também no dia 01 de setembro de 2016, com o título <i>Descrição no Congresso, ímpeto no Planalto</i> , conta como ocorreu a solenidade de posse do novo presidente da República do Brasil, ex-vice-presidente de Dilma Rousseff, Michel Temer, ocorrida no dia 31 de agosto.

Fonte: Dados da pesquisa.

A primeira reportagem analisada, publicada no dia 18 de abril de 2016, com o título *Dilma perde 1º round do impeachment*, trata da votação para o impeachment

de Dilma Rousseff que aconteceu na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 17 de abril. A reportagem conta em detalhes como ocorreu a sessão que teve duração de nove horas e permitiu, com 367 votos favoráveis, que o processo de impeachment fosse encaminhado para o Senado. Além disso, relata algumas percepções sobre o governo de Dilma Rousseff e sobre como a votação na Câmara dos Deputados foi considerada um momento histórico para o Brasil. A segunda, publicada no dia 12 de maio do mesmo ano, com o título *Senado decide afastar Dilma*, relata a votação para o impeachment de Dilma Rousseff que aconteceu no Senado, em Brasília, onde 55 senadores votaram a favor do processo de impeachment que permitiu, em primeiro momento, o afastamento provisório de Dilma do cargo de presidente da República por até 180 dias. Além de contar como ocorreu a sessão que teve duração de 20 horas, a reportagem relata o declínio do governo de Dilma e a resistência do PT ao processo de impeachment.

Já a terceira reportagem analisada, publicada no dia 01 de setembro de 2016, com o título *Nove meses para a história*, noticia a última fase de votações do processo de impeachment de Dilma Rousseff, ocorrida no dia 31 de agosto, que concretizou o afastamento de Dilma da presidência com 61 votos favoráveis e 20 contrários. A reportagem faz um breve retrospecto contando como ocorreu o desfecho do processo de impeachment e do declínio do governo de Dilma desde que assumiu o segundo mandato como presidente do Brasil. A quarta e última reportagem analisada, também publicada no dia 01 de setembro de 2016, com o título *Descrição no Congresso, ímpeto no Planalto*, conta como ocorreu a solenidade de posse do novo presidente da República do Brasil, ex-vice-presidente de Dilma Rousseff, Michel Temer, ocorrida no dia 31 de agosto, e como foram os primeiros momentos de Temer como presidente do país. Além disso, relata o que foi dito no primeiro discurso do novo presidente.

4.1.1 Impeachment

Impeachment é um processo em parte jurídico, em parte político, conduzido pelo Congresso Nacional, instaurado contra autoridades governamentais acusadas de infringir seus deveres funcionais (POLITIZE, 2016). Segundo o site Direitos

Brasil⁸, impeachment é a situação na qual o representante eleito do poder executivo é julgado por crimes de responsabilidade e, por motivos de condenação, perde o mandato para o qual foi eleito. Ainda, segundo o site Direitos Brasil, os governantes que podem sofrer um impeachment são os prefeitos e seus vices, governadores e seus vices ou presidente da República e seu vice.

A Constituição da República Federativa do Brasil prevê o que são crimes de responsabilidade que permitem a instauração de um processo de impeachment:

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:
I - a existência da União;
II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
IV - a segurança interna do País;
V - a probidade na administração;
VI - a lei orçamentária;
VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2016).

Um processo de impeachment, segundo o Politize (2016), pode ser solicitado por qualquer cidadão, tendo ele um cargo político ou não. Basta entregar uma denúncia contra a pessoa com função no Executivo à Câmara dos Deputados, acompanhada de provas do suposto crime cometido pela pessoa acusada. Além disso, para que a denúncia seja aceita, o ideal é que a denúncia seja acompanhada de uma lista com, pelo menos, cinco testemunhas e ter uma assinatura com firma reconhecida (POLITIZE, 2016). Ainda segundo a mesma fonte, se o Presidente da Câmara considerar que a denúncia é válida, ela é lida em plenário para, posteriormente, ser encaminhada para uma comissão formada especialmente para analisar o caso.

Assim que o processo de impeachment é aceito pela comissão especial da Câmara, é encaminhado para uma votação com todos os deputados, onde é preciso 2/3 dos votos para que o processo seja aprovado e encaminhado para julgamento no Senado (POLITIZE, 2016). No Senado, é realizada funções semelhantes, como a instalação de uma comissão especial para analisar o processo e votar para sua autorização. Assim que autorizado pela comissão especial do Senado, o Politize (2016) explica que o processo de impeachment é encaminhado para uma votação com todos os senadores, onde basta uma maioria simples para que permita o seu

⁸ Direitos Brasil. O que é o impeachment? Saiba como funciona. Disponível em: <<http://direitosbrasil.com/o-que-e-impeachment/>>. Acesso em: 11 out. 2016.

prosseguimento - afastando, assim, a pessoa julgada por até 180 dias do seu cargo e tornando-a oficialmente réu por crime de responsabilidade.

Nesta parte do processo, começa a fase de pronúncia, em que uma nova comissão é instalada para aprofundar as investigações das acusações. Essa comissão elabora um novo parecer recomendando se o acusado deve ser julgado ou não. Esse parecer é encaminhado ao plenário, que decide o prosseguimento do processo (POLITIZE, 2016). Assim que autorizado o prosseguimento do impeachment, segundo o Politize (2016), o julgamento final se desenrola no Senado onde também é preciso 2/3 dos votos a favor para que o governante seja afastado do cargo. “Uma vez instaurado o processo no Senado, o presidente é afastado do cargo, que passa a ser exercido por seu substituto legal.” (LESSA, 2005, p. 655). Ainda, segundo Lessa (2005), se o presidente é condenado pelo Senado, também fica impedido de exercer qualquer função pública por oito anos.

Em 2016, um pedido de impeachment contra Dilma Rousseff, apresentado em outubro de 2015 à Câmara dos Deputados, foi instaurado. Segundo Talita Bedinelli (2016), Dilma foi acusada por ter assinado três decretos de abertura de créditos suplementares: um, no valor de 1,7 bilhão de reais, para projetos na área da educação, previdência, trabalho e cultura; outro, no valor de 29 milhões de reais, para diversos órgãos do Executivo; e o terceiro, no valor de 600 milhões de reais, para despesas com o Judiciário. Bedinelli (2016) explica que a assinatura destes decretos, que ampliaram as despesas do governo, trouxeram um impacto na meta fiscal primária de 2015 e o valor total destes decretos seria o valor que o Governo pretendia ter em caixa no final do ano de 2015. Outra acusação feita a Dilma Rousseff, segundo Bedinelli (2016), foram as pedaladas fiscais, onde o Governo atrasou entre janeiro e novembro de 2015 o pagamento para o Banco do Brasil de parcelas que totalizaram 3,5 bilhões de reais referentes aos subsídios do Plano Safra. O atraso deste pagamento, explica Bedinelli (2016), configurou uma operação de crédito, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O Tribunal de Contas da União considerou esta prática irregular e, por isso, ela não poderia ter sido feita (BEDINELLI, 2016). Além disso, os acusadores do crime dizem que a prática maquiou as contas públicas - mostrou um dado falso sobre a real situação financeira do Governo.

Esta foi a cronologia do processo de impeachment⁹: No dia 2 de dezembro de 2015, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, autorizou a abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, apresentado em outubro de 2015 pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, acusando a presidente de cometer crime de responsabilidade fiscal com base na reprovação das contas de 2014 pelo Tribunal de Contas da União. No dia 3 de dezembro de 2015, Cunha determinou a criação de uma comissão especial na Câmara para analisar o pedido de impeachment. No dia 8 de dezembro de 2015, a Câmara dos Deputados se reuniu para definir os componentes da comissão especial da Câmara, das duas chapas que concorriam, venceu a que era oposicionista (favorável à saída de Dilma Rousseff do cargo de presidente da República), com 39 membros. Porém, no mesmo dia, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a tramitação do processo de impeachment e de formação da comissão especial da Câmara para julgar um pedido liminar do PCdoB sobre a constitucionalidade da lei que regulamenta as normas de julgamento de impeachment. No dia 17 de dezembro de 2015, o STF decidiu conceder maior poder ao Senado na decisão de afastamento de Dilma Rousseff do cargo, além de determinar que não cabia a formação de uma chapa alternativa para compor a comissão especial da Câmara.

Dois meses após, no dia 8 de março de 2016, a Câmara questionou o STF sobre as mudanças no processo de impeachment e pediu uma revisão das decisões, porém, o STF não aceitou e decidiu manter o que foi definido em dezembro de 2015. Então, no dia 17 de março de 2016, a comissão especial da Câmara para analisar o processo de impeachment foi finalmente formada com deputados indicados pelos próprios líderes partidários. No dia 30 de março, a comissão especial da Câmara ouviu dois autores do pedido de impeachment: Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal; no dia 31 de março a comissão ouviu o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, como testemunha de defesa; e no dia 4 de abril o ministro José Eduardo Cardozo, da Advocacia-Geral da União, entregou à comissão a defesa de Dilma Rousseff.

No dia 11 de abril, a comissão da Câmara votou pela abertura do processo com um placar de 38 a favor e 27 contra. Com a aprovação, o processo foi

⁹ Dados retirados do site: Deutsche Welle Brasil. Em 13 anos no poder, PT minou o próprio legado. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/em-13-anos-no-poder-pt-minou-o-pr%C3%B3prio-legado/a-19523883>>. Acesso em: 10 out. 2016.

encaminhado à Câmara dos Deputados, em votação ocorrida para todos os deputados no dia 17 de abril, decidindo a continuidade do processo de impeachment, com 367 votos a favor e 137 contra.

No dia 6 de maio, a comissão especial do Senado aprovou a continuidade do processo de impeachment, com 15 votos a favor e 5 contra. Entretanto, no dia 9 de maio, o presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão, que assumiu o comando da Casa após o afastamento de Cunha, decidiu anular o processo de impeachment. Porém, no mesmo dia, Maranhão mudou de ideia e manteve a aprovação do processo.

Então, no dia 12 de maio, após uma sessão de 20 horas, o Senado aprovou por maioria a continuidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff, com 55 votos a favor e 22 contra, decidindo também o afastamento de Dilma do cargo de presidente por 180 dias até o julgamento final do processo. Já no dia 2 de agosto, o relator, senador Antonio Anastasia, defendeu que Dilma fosse julgada pelo crime de responsabilidade fiscal e, no dia 4 de agosto, a comissão especial aprovou o relatório de Anastasia favorável à continuidade do processo de impeachment. Então, no dia 10 de agosto, em votação com todos os senadores, foi decidido manter o julgamento final.

Quase nove meses após a abertura do processo de impeachment, no dia 25 de agosto de 2016, o Senado deu início a fase final do processo. O primeiro dia de audiência teve mais de 15 horas de duração. No dia 29 de agosto, Dilma Rousseff apresentou sua defesa no Senado, garantindo que sempre respeitou a Constituição. Então, no dia 31 de agosto, em votação final do processo de impeachment, o Senado decidiu afastar, em definitivo, Dilma Rousseff do cargo de presidente da República com 61 votos favoráveis e 20 contrários.

4.2 FORMAÇÕES DISCURSIVAS

A partir da análise das quatro reportagens sobre a cobertura do impeachment de Dilma Rousseff produzidas pelo jornal Zero Hora foram identificadas três formações discursivas: Governo Fracassado (GF), Dilma Despreparada (DD) e Zero Hora Imparcial (ZI).

A partir da identificação de expressões e frases que falavam do governo de Dilma Rousseff como um governo derrotado, fraco, comparado a um animal

agonizante, foi formada e adjetivada a formação discursiva Governo Fracassado (GF). Já a partir da identificação de expressões e frases que falavam de Dilma Rousseff como uma governante impopular, inábil e por conta disto rejeitada e sem capacidade de se manter no poder, foi formada e adjetivada a formação discursiva Dilma Despreparada (DD). E a partir da identificação de expressões e frases que falavam dos fatos abordados nas reportagens com mais objetividade, relatando a verdade factual e mostrando os dois lados do impeachment – o contra e o a favor - foi formada e adjetivada a formação discursiva Zero Hora Imparcial (ZI).

Quadro 5: Formações discursivas

Governo Fracassado (GF)	Trata o governo de Dilma Rousseff como um governo que manchou o país, que fracassou em suas escolhas e em seu mandato.
Dilma Despreparada (DD)	Trata de Dilma Rousseff como a governante incapaz de se manter na presidência e de estabilizar o Brasil. Além disso, como aquela que motivou com suas ações o fracasso do próprio partido.
Zero Hora Imparcial (ZI)	Relata a verdade factual dos quatro momentos das reportagens analisadas de forma despretensiosa, demonstrando, também, uma tentativa de mostrar os dois lados dos fatos – contra e a favor do impeachment.

Fonte: Dados da pesquisa.

Para a análise desta monografia, foram criados códigos para melhor referenciar as formações discursivas e suas devidas sequências discursivas. A primeira sigla do código é a abreviação do nome da formação discursiva analisada, a segunda sigla é a abreviação da reportagem onde se encontra a sequência discursiva que compõe a formação discursiva analisada e o número final do código corresponde à numeração da sequência discursiva.

Quadro 6: Descrição da codificação utilizada no corpus

GF_R1_1	O código significa que o “GF” é a abreviação da formação discursiva Governo Fracassado, “R1” é a abreviação de Reportagem nº 1 (assim, respectivamente, “R2” é Reportagem nº 2, “R3” e “R4” são as reportagens nº 3 e 4) e “1” é o número da sequência discursiva encontrada. No caso desta codificação, significa a primeira sequência.
DD_R1_1	O código significa que o “DD” é a abreviação da formação discursiva Dilma Despreparada, assim como o “R1” e o “1” possuem o mesmo significado de Reportagem nº 1 e primeira sequência discursiva encontrada no texto, assim, respectivamente.
ZI_R1_1	O código significa que o “ZI” é a abreviação da formação discursiva Zero Hora Imparcial, assim como “R1” e “1” possuem o mesmo significado

	dos códigos descritos anteriormente neste quadro.
--	---

Fonte: Dados da pesquisa.

4.3 SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS

A partir da análise das quatro reportagens sobre o impeachment de Dilma Rousseff escritas pelo jornal Zero Hora, foram identificadas diversas sequências discursivas que resultaram na criação de três formações discursivas: Governo Fracassado (GF), Dilma Despreparada (DD) e Zero Hora Imparcial (ZI).

Para a formação discursiva Governo Fracassado (GF) foram identificadas sequências discursivas que retomam a ideia de um governo derrotado por parte de Zero Hora. Já para a formação discursiva Dilma Despreparada (DD) foram identificadas sequências discursivas que retomam a ideia de Dilma Rousseff como uma governante inábil. E para a formação discursiva Zero Hora Imparcial foram identificadas sequências discursivas que relatam os fatos de maneira objetiva, mais imparcial e com uma tentativa de falar dos dois lados do processo de impeachment – o lado dos opositores do governo e o lado dos defensores do governo. O detalhamento destas sequências é visto a seguir:

Quadro 7: Formação Discursiva Governo Fracassado (GF)

Sequências Discursivas
<p>GF_R1_1: Nocauteado por 367 votos na Câmara dos Deputados, 25 a mais do que o necessário, o mandato da presidente Dilma Rousseff foi convertido ontem à noite, depois do mais longo e nervoso domingo da história política brasileira, em um animal agonizante.</p> <p>GF_R1_2: Com o resultado na Câmara (onde só era necessário evitar que os votos favoráveis ao impeachment chegassem a dois terços dos deputados), o governo tornou-se um moribundo à espera da extrema-unção.</p> <p>GF_R1_3: Com a aprovação do processo de impeachment, ficou reafirmada a excepcionalidade, na tradição brasileira, dos mandatos que emanam das urnas e são cumpridos do início ao fim.</p> <p>GF_R2_1: Durante todo o dia, eles se revezaram na tribuna, numa sucessão de pronunciamentos com citações à mancheia, barbeiragens gramaticais, alusões religiosas e metáforas de gosto duvidoso – como a quem comparou o Brasil a um corpo diabético, cuja a perna apodrecida tem que ser amputada.</p> <p>GF_R2_2: Atordoado, o PT concebeu a narrativa de que estava sendo vítima de um golpe, mas a tese naufragou, assim como todas as investidas na Justiça. Nos estertores de seu governo, nem mesmo a expansão do fisiologismo e do toma lá da cá que fizeram nomear 86 ministros desde que assumira a Presidência em 2011 foram suficientes para preservar o mandato. (mesmo sentido para Dilma Despreparada (DD))</p> <p>GF_R2_3: A correção da tabela do Imposto de Renda e o reajuste no Bolsa Família, anunciados no</p>

1º de Maio, surgiram como **tentativa derradeira, porém ineficaz, de agradar a opinião pública**. (mesmo sentido para Dilma Despreparada (DD))

GF_R3_1: Com uma caneta prateada, Michel Miguel Elias Temer Lulia assinou às 16h50 min de ontem o termo de posse como presidente da República e colocou o **ponto final** nos quase 14 anos do PT no poder.

GF_R4_1: Ele tomou posse ontem, a partir das 16h42min, em sessão solene no Congresso, no mesmo plenário do Senado que condenou a petista com 61 votos por crime de responsabilidade, **pondo fim aos 13 anos de poder do PT**.

GF_R4_2: À noite, em discurso transmitido em cadeia nacional, o presidente afirmou que **“a incerteza acabou”** e pediu a união dos brasileiros, “lembrando que ordem e progresso sempre caminham juntos”,

- **Quando o Brasil quer, o Brasil muda** – finalizou o novo presidente da República.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 8: Formação Discursiva Dilma Despreparada (DD)

Sequências Discursivas

DD_R1_1: **A ex-guerrilheira que entrou triunfalmente para a História como primeira mulher a assumir a Presidência conhecia o reverso da moeda**. Era colocada diante da perspectiva de deixar o poder **sem glória ou honra** e de permanecer nos livros, para as gerações futuras, como **a governante impopular e inábil enxotada do Palácio do Planalto apenas um ano e meio de amearhar 54,5 milhões de votos**.

DD_R1_2: Na biblioteca do Palácio do Planalto, onde acompanhava a votação acompanhada de Lula, de alguns ministros e de governantes petistas, **Dilma não tinha razões para alimentar esperanças**. (mesmo sentido para Governo Fracassado (GF))

DD_R1_3: O caso de Dilma reveste-se de **peculiaridades** que, aconteça o que acontecer, prometem manter o clima político **instável** – e deixa em aberto o veredito da História a respeito de sua **provável deposição**.

DD_R2_1: - A Dilma **não se elegeria nem vereadora** em Porto Alegre, com todo o respeito. Diziam que ela era uma grande técnica. **Técnica de quê? Só se for de time de futebol** – rebateu Zezé Perrella (PTB - MG).

DD_R2_2: Reeleita com 54,5 milhões de votos, Dilma viu seu cacife eleitoral e político se **diluir numa espiral de corrupção e inépcia administrativa que feriram de morte sua gestão**. (mesmo sentido para Governo Fracassado (GF))

DD_R2_3: Seu índice de popularidade – que alcançara 71% durante a faxina ética que conduziu no primeiro mandato – **desabou** para 9%, mesmo patamar do ex-presidente Fernando Collor às vésperas de **semelhante deposição**. **O descontentamento levou milhões de pessoas às ruas, nos maiores protestos que o país já testemunhou**. (mesmo sentido para Governo Fracassado (GF))

DD_R2_4: Na prática, porém, Dilma foi afastada pela **corrosão de seu prestígio popular e pela antipatia ao varejo da política**.

DD_R2_5: Até mesmo o ex-presidente Lula, seu fiador político, **jogou a toalha**. Se na votação da Câmara ele tentou virar os votos até o fim, ontem foi mero espectador da derrocada do projeto político do PT. Desanimado, Lula tem admitido que **errou ao escolher a sucessora do seu legado**. Agora, irá se dedicar à reconstrução do partido, **alvo de rejeição eleitoral** que provoca uma deserção sem precedentes em seus quadros. (mesmo sentido para Governo Fracassado (GF))

DD_R2_6: A Dilma, **restará** esperar a conclusão do julgamento no Senado. Reclusa no Palácio da Alvorada com um número restrito de assessores, terá de conduzir sua defesa **enquanto assiste a**

Temer presidir o país com o suporte de grande parte da base parlamentar que lhe virou as costas no momento mais dramático de sua oscilante carreira política.

DD_R3_1: **Seu destino fora selado** pouco depois das 13h, quando o painel do Senado mostrou o placar de 61 votos favoráveis e 20 contrários à perda do mandato por crime de responsabilidade.

DD_R3_2: Reeleita com 54 milhões de votos em outubro de 2014 – com uma diferença mínima em relação ao tucano Aécio Neves -, Dilma **começou a perder força** no dia seguinte a eleição. Assumindo o segundo mandato **em clima de desconfiança dos próprios aliados**, com a economia em franco processo de deterioração.

DD_R4_1: Festejado, disse uma frase para definir o significado dos 61 votos que cassaram Dilma, **o placar mais elástico desde o início do processo no Senado**, com sete apoios além do mínimo necessário para confirmar o afastamento da petista, **agora eternizada na galeria dos ex-presidentes**.

- **A votação é o reconhecimento de que o governo já dá respostas.**

DD_R4_2: Neste ponto, alfinetou Dilma, que, entre outros motivos, **caiu por incapacidade** de se relacionar com o Parlamento:

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 9: Formação Discursiva Zero Hora Imparcial (ZI)

Sequências Discursivas

ZI_R1_1: A derrota deste domingo, no entanto, **não é definitiva**. Dilma segue presidente, **pelo menos durante mais alguns dias**, até que a batalha final seja travada em outro front, o Senado.

ZI_R1_2: Quando Cunha abriu a sessão, o Brasil estava eletrizado diante da TV ou em atos públicos que mobilizaram multidões em dezenas de cidades, **a favor e contra o impeachment**.

ZI_R1_3: Na Câmara, os deputados se aglomeravam ao redor da mesa da presidência, empurravam-se, xingavam-se, exibiam cartazes **contra e favor de Dilma**, gritavam slogans já surrados pela repetição.

ZI_R1_4: Na esplanada diante do parlamento, onde grupos **contra e a favor do impeachment** aglomeravam-se, separados por um muro erguido para evitar conflitos, **um dos lados vibrou, o outro lamentou**. As comemorações alternaram-se durante o restante da votação, mas logo ficou claro que a disputa era desigual.

ZI_R1_5: Nesse cenário complicado, ninguém põe em causa que a sessão de ontem na Câmara será vista sempre como um momento marcante para o país – mas o que esse acontecimento histórico vai significar **ainda está para ser descoberto**.

ZI_R2_1: Após 20 horas de sessão, 55 senadores votaram pelo prosseguimento do processo de impeachment da presidente. Por até 180 dias, o governo estará com Temer, **enquanto ocorre o julgamento por crime de responsabilidade**.

ZI_R2_2: Às 6h34min de hoje, o voto de **55 senadores favoráveis e 22 contrários** a afastou do cargo por até 180 dias [...].

ZI_R2_3: Aceita em dezembro pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB – RJ), a denúncia contra Dilma **levou em consideração** a edição de decretos de crédito suplementar sem aval do Congresso e o atraso no repasse do Tesouro a bancos públicos, as chamadas pedaladas fiscais.

ZI_R3_1: O impeachment de Dilma Rousseff é admitido na Câmara, **por um placar de 367 favoráveis, 137 votos contra, 7 abstenções e apenas 2 ausências**. Coube ao deputado tucano Bruno Araújo, de Pernambuco, registrar o voto 342 por volta das 23h, completando os dois terços necessários para admitir o processo de destituição e enviá-lo ao Senado.

ZI_R3_2: Impeachment de Dilma Rousseff é o último ato de uma série com início em dezembro, quando Cunha abriu o processo contra a **agora ex-presidente**.

ZI_R3_3: Em 17 de abril, a Câmara aprovou a admissibilidade do impeachment. No dia 12 de maio, o Senado afastou Dilma e Temer **assumiu como interino**.

ZI_R4_1: Três horas depois de o Senado cassar o mandato de Dilma Rousseff, **o então interino Michel Temer foi efetivado** na Presidência da República, cargo que ocupará até dezembro de 2018.

ZI_R4_2: Horas antes, no Palácio do Jaburu, ao lado do ministro Eliseu Padilha (Casa Civil), Temer **acompanhou** a votação final do impeachment. Efetivado na Presidência, seguiu ao Palácio do Planalto, **ingressou** no seu gabinete e **cumprimentou** um a um os demais ministros, que estavam no local desde a manhã.

Fonte: Dados da pesquisa.

5 ANÁLISE

Para dar conta do tema desta pesquisa – a imparcialidade do jornal Zero Hora na cobertura do impeachment de Dilma Rousseff -, foi utilizada nesta monografia a metodologia Análise do Discurso de Linha Francesa (AD) para conseguir identificar as formações discursivas (FDs) que deram sentido às sequências discursivas (SDs) presentes nas reportagens estudadas. Com a identificação de três FDs, o corpus da pesquisa foi criado para atender ao objetivo geral – que é o de analisar a imparcialidade jornalística no discurso de reportagens do jornal Zero Hora - e os objetivos específicos - revisar a bibliografia sobre imparcialidade jornalística nos autores do jornalismo e no Zero Hora; identificar as formações discursivas que predominam nas reportagens sobre o impeachment do jornal; e a partir da Análise do Discurso das reportagens, refletir sobre a importância da imparcialidade no jornalismo.

A partir da análise do discurso presente nas sequências discursivas recortadas das quatro reportagens do jornal Zero Hora sobre a cobertura do impeachment da ex-presidente da República Dilma Rousseff foi identificado um predomínio das formações discursivas Governo Fracassado (GF) e Dilma Despreparada (DD). O sentido é construído por meio de expressões e frases que tratam Dilma como uma governante inábil e prejudicial para o país, sem força, portanto, para continuar presidindo o Brasil.

Apesar de sua posição secundária, a formação discursiva Zero Hora Imparcial (ZI) também está presente no discurso construído nas reportagens estudadas. Nesta FD, o Zero Hora apresenta um relato objetivo e mais imparcial sobre os fatos, com uma tentativa de mostrar os dois lados do ocorrido, através de expressões e frases que abordam tanto o ponto de vista dos opositores do governo Dilma como dos defensores do governo.

Com a identificação das sequências discursivas e dos sentidos que elas produzem no discurso das reportagens, foram analisadas detalhadamente cada SD e suas devidas colocações em cada formação discursiva criada. Para analisar as formações discursivas encontradas, utilizou-se como base o capítulo do Zero Hora e seus posicionamentos éticos. Posteriormente, na discussão dos resultados desta análise, além do capítulo do Zero Hora, foi utilizado o capítulo da Imparcialidade Jornalística juntamente com o código de ética dos jornalistas brasileiros.

5.1 GOVERNO FRACASSADO

Na formação discursiva Governo Fracassado (GF) o jornal Zero Hora tratou o governo de Dilma Rousseff como um governo que fracassou em suas escolhas e em seu mandato, prejudicando grandemente o Brasil. Além disto, nesta FD, o governo de Dilma Rousseff é considerado um governo sem forças, facilmente vencido pelos opositores. Uma das sequências discursivas que mais transparecem a retratação de que o governo de Dilma Rousseff é apresentada a seguir:

Nocauteado por 367 votos na Câmara dos Deputados, 25 a mais do que o necessário, o mandato da presidente Dilma Rousseff foi convertido ontem à noite, depois do mais longo e nervoso domingo da história política brasileira, **em um animal agonizante**. (GF_R1_1, grifo nosso).

Nesta sequência discursiva, ao usar a palavra *nocauteado*, o Zero Hora transpareceu que o governo de Dilma Rousseff foi derrotado pela oposição, como se não existissem votos a favor de sua permanência na presidência da República. Da mesma forma, quando utiliza a expressão *em um animal agonizante*, trata o governo como se ele estivesse suplicando para não morrer, um governo praticamente moribundo. O sentido construído é o de um governo suplicando para sair. Desta mesma forma, outras expressões que consideram o governo quase morto são expressões encontradas na seguinte sequência discursiva:

Com o resultado na Câmara (**onde só era necessário evitar** que os votos favoráveis ao impeachment chegassem a dois terços dos deputados), o governo tornou-se um **moribundo à espera da extrema-unção**. (GF_R1_2, grifo nosso).

Nesta SD, ao utilizar a expressão *moribundo à espera da extrema-unção*, o governo de Dilma Rousseff é considerado um governo praticamente morto que está esperando um milagre impossível de acontecer - no caso, a sua permanência na Presidência da República. Além disso, quando o ZH utiliza a frase *onde só era necessário evitar*, dá a entender que evitar que os votos favoráveis ao impeachment chegassem a dois terços dos deputados era fácil, porém o governo de Dilma Rousseff não conseguiu, pois é um governo fraco, fracassado.

Vale ressaltar que estas expressões das duas sequências discursivas foram utilizadas na reportagem nº 1, que fala sobre a primeira votação do impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, ou seja, ainda eram necessárias mais duas votações no Senado para que o impeachment fosse realmente aceito. O Zero Hora, ao considerar o governo de Dilma um governo praticamente morto, logo na

primeira reportagem, sem ter a certeza do que iria acontecer posteriormente no Senado, deixou transparecer uma posição no discurso em relação ao contexto político brasileiro. Desta forma, torcendo pelo impeachment, o discurso de ZH contradiz as suas afirmações sobre a imparcialidade tratadas em seus códigos de ética, onde um de seus termos diz que “a RBS entende que, além da publicação de versões conflitantes, cabe ao veículo procurar apurar a verdade, com **isenção** e na sua plenitude.” (GRUPO RBS, 2011, p. 21, grifo nosso).

Ainda na primeira reportagem analisada, o Zero Hora utilizou outra expressão que tratou o governo de Dilma Rousseff como um governo atípico no Brasil:

Com a aprovação do processo de impeachment, ficou reafirmada a **excepcionalidade**, na tradição brasileira, dos mandatos que emanam das urnas e são **cumpridos do início ao fim**. (GF_R1_3, grifo nosso).

Ao usar o termo *excepcionalidade* em relação ao termo *cumpridos do início ao fim*, o ZH, além de já decretar com estas expressões, na primeira reportagem, que o governo de Dilma Rousseff seria um governo que provavelmente não cumpriria o mandato até o final, também dá a entender que foi o primeiro governo julgado com chance de impeachment no Brasil e o primeiro que não duraria até o fim do mandato. Porém, segundo o site da revista *Época Negócios*¹⁰, desde o início da República do Brasil, em 1889, até o ano de 2015, dos 42 presidentes que governaram o Brasil, dez foram afastados do cargo antes do prazo original, seja por morte, por golpes, por renúncia ou pelo afastamento legal. Por doença e morte foram cinco presidentes; por golpes políticos foram três presidentes; por renúncia um presidente; e por impeachment um presidente (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2016). Ou seja, não há excepcionalidade na tradição brasileira com o caso da aprovação do impeachment de Dilma Rousseff.

Na segunda reportagem analisada, o Zero Hora mantém seu discurso em relação ao governo de Dilma Rousseff como um governo que prejudicou o país, como é visto na próxima sequência discursiva:

Durante todo o dia, eles se revezaram na tribuna, numa sucessão de pronunciamentos com citações à mancheia, barbeiragens gramaticais, alusões religiosas e metáforas de gosto duvidoso – como a quem comparou o Brasil a **um corpo diabético, cuja perna apodrecida tem que ser amputada**. (GF_R2_1, grifo nosso).

¹⁰ *Época Negócios*. Dilma poderá ser o 11º presidente do Brasil a não terminar o mandato. *Época Negócios*, Brasil, 12 abr. 2016. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/04/dilma-podera-ser-o-10-presidente-eleito-do-brasil-nao-terminar-o-mandato.html>>. Acesso em: 14 out. 2016.

Quando utilizado a expressão *um corpo diabético, cuja perna apodrecida tem que ser amputada*, o governo de Dilma Rousseff é tratado como algo prejudicial para o Brasil, se for mantido no poder. Por isto, precisa ser amputado, jogado fora da política, pois está apodrecido, não tem mais validade para continuar em sua posição. Nesta expressão, o jornal Zero Hora toma, mais uma vez, uma posição no discurso muito clara sobre seus ideais políticos, lembrando que esta expressão foi utilizada na reportagem nº 2, onde Dilma foi afastada por até 180 dias do cargo de Presidente da República, porém ainda era necessária uma votação no Senado para concretizar o processo de impeachment. Tanto na expressão *um corpo diabético, cuja perna apodrecida tem que ser amputada* e nas expressões da reportagem nº 1 *em um animal agonizante e moribundo à espera da extrema-unção* reafirmam a formação discursiva discutida neste capítulo de que o governo de Dilma Rousseff já é um governo fracassado, pois estas expressões já transmitem esta ideia antes mesmo de ser confirmada a aceitação final do processo de impeachment.

Desta forma, o ZH contradiz seus posicionamentos éticos publicados no Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística do Grupo RBS, do ano de 2011, onde um dos termos que guiam o trabalho dos jornalistas do Grupo RBS diz que “a RBS **não tem nem apoia candidatos e partidos**. Os veículos da RBS procuram abrir espaços **equilibrados e adequados** aos partidos e seus candidatos, **sem favorecimentos ou perseguições**.” (GRUPO RBS, 2011, p.33, grifo nosso). Porém, ao selecionar e utilizar a expressão de *corpo diabético, cuja perna apodrecida precisa ser amputada*, assim como as outras expressões utilizadas na reportagem nº 1, o ZH, ao não equilibrar o discurso grifando apenas estas expressões, demonstrou, no mínimo, um favorecimento à oposição.

Outra expressão utilizada para apresentar o governo de Dilma Rousseff como um governo fracassado é a expressão *ponto final*:

Com uma caneta prateada, Michel Miguel Elias Temer Lulia assinou às 16h50min de ontem o termo de posse como presidente da República e colocou o **ponto final** nos quase 14 anos do PT no poder. (GF_R3_1, grifo nosso).

A expressão *ponto final* mobiliza o entendimento do leitor a um final concreto para o governo do PT, como se nunca mais o Partido dos Trabalhadores tivesse a chance de vencer outra candidatura após o impeachment de Dilma Rousseff.

Assim como o termo *ponto final*, outra expressão que também dá a entender que governo do PT não tem mais chances futuras na política é a encontrada na sequência discursiva a seguir:

Ele tomou posse ontem, a partir das 16h42min, em sessão solene no Congresso, no mesmo plenário do Senado que condenou a petista com 61 votos por crime de responsabilidade, **pondo fim aos 13 anos de poder do PT**. (GF_R4_1, grifo nosso).

Na expressão *pondo fim aos 13 anos de poder do PT*, especialmente quando utiliza *pondo fim*, o ZH destaca o que entende como derrota e fracasso do governo, principalmente do PT. Além disso, o jornal relaciona estas expressões com a posse de Michel Temer, considerado, após o início do processo de impeachment, como um dos opositores do governo de Dilma Rousseff. Ou seja, o governo de Dilma Rousseff é considerado, no contexto destas expressões, como o governo fraco, facilmente derrotado pela oposição, sem chances futuras na política por ter prejudicado grandemente o Brasil.

Já na quarta reportagem analisada, ainda no mesmo sentido de que o governo de Dilma Rousseff é um governo fracassado, o Zero Hora utilizou outras duas expressões que mobilizam o entendimento do leitor de que, finalmente, com a queda de um governo ruim, o Brasil tem chances de mudar e se tornar um país melhor. Esse entendimento se dá na seguinte sequência discursiva:

À noite, em discurso transmitido em cadeira nacional, o presidente afirmou que **'a incerteza acabou'** e pediu a união dos brasileiros, 'lembrando que ordem e progresso sempre caminham juntos'.
- **Quando o Brasil quer, o Brasil muda** – finalizou o novo presidente da República. (GF_R4_2, grifo nosso).

Ao escolher a expressão utilizada por Temer *a incerteza acabou*, o ZH deu a entender que o governo anterior ao de Temer - no caso, o de Dilma Rousseff – era um governo incerto, duvidoso, sem muita confiança para governar um país. Relacionando a expressão *a incerteza acabou* com a frase *Quando o Brasil quer, o Brasil muda*, outra expressão utilizada por Temer, ressaltada pelo Zero Hora, é possível entender que, finalmente, o Brasil tomou o rumo certo, pois agora aquilo que era incerto e duvidoso teve fim. Além disso, a frase *Quando o Brasil quer, o Brasil muda* também transparece que a mobilização de parte da sociedade brasileira contra o governo de Dilma deu certo, pois esta parte foi a grande responsável pela mudança de rumo do país. Porém, ao utilizar esta expressão, o Zero Hora silenciou totalmente o clamor de milhares de pessoas que protestaram a favor do governo de Dilma Rousseff por entender que o impeachment era um golpe parlamentar.

A partir das expressões utilizadas pelo Zero Hora vistas até aqui, não foram encontradas, nas quatro reportagens analisadas, muitos posicionamentos ou expressões do jornal Zero Hora que falassem de forma imparcial do governo de Dilma Rousseff ou equilibrassem os dois lados deste contexto político – opositores e defensores do governo – como expressões que falassem contra. Desta forma, ao tratar de expressões de apenas um dos lados, no caso, o lado dos opositores ao governo, o Zero Hora contradiz uma de suas declarações públicas sobre jornalismo de qualidade, que diz que uma das premissas do jornal ZH é o objetivo de ser curador de toda a informação relevante para o público, selecionar o que de mais importante esta acontecendo e entregar ao seu leitor de uma maneira **plural e transparente** (ZERO HORA, 2014, p. 3, grifo nosso). Mesmo que o ZH tenha selecionado o que de mais importante esta acontecendo na atualidade, ainda assim, como visto nesta análise, o jornal não entregou aos leitores as informações de maneira plural e transparente, pois, nas quatro reportagens analisadas, o jornal tratou de um governo fracassado e fraco, e em quase todo o discurso deu voz aos opositores de Dilma Rousseff.

5.2 DILMA DESPREPARADA

Nas sequências discursivas da FD Dilma Despreparada (DD), o Zero Hora tratou a ex-presidente Dilma Rousseff como uma governante impopular e inábil, incapaz de estabilizar o Brasil e por decorrência disto não teve capacidade suficiente para manter-se na Presidência da República. Além disso, nesta FD, Dilma Rousseff é tratada como aquela que motivou com suas ações o fracasso do próprio partido (PT). A sequência discursiva a seguir, recortada da primeira reportagem, é um exemplo desta construção de sentido.

A ex-guerrilheira que entrou triunfalmente para a História como primeira mulher a assumir a Presidência **conhecia o reverso da moeda**. Era colocada diante da perspectiva de deixar o poder **sem glória ou honra** e de permanecer nos livros, para as gerações futuras, como a **governante impopular e inábil enxotada do Palácio do Planalto** apenas um ano e meio de amealhar 54,5 milhões de votos. (DD_R1_1, grifo nosso).

Ao utilizar a expressão *governante impopular e inábil enxotada do Palácio do Planalto*, o Zero Hora deixa claro como enxerga Dilma Rousseff. Não é necessário muito esforço para certificar que Zero Hora decretou, nesta expressão acima recortada da reportagem nº 1, que Dilma perderia o cargo de Presidente da República por ser uma governante despreparada. O “decreto” jornalístico de que

Dilma perderia o poder se confirma, principalmente, quando o ZH utiliza a expressão *enxotada do Palácio do Planalto*, mesmo que relacionada à uma possibilidade. Além disso, nesta SD, o ZH compara a possível queda de Dilma com a conquista de *54,5 milhões de votos* favoráveis a sua reeleição, conquistados no final de 2014, e ao fazer esta comparação, o Zero Hora dramatiza as expressões escolhidas, permitindo uma ideia maior de rejeição sobre o governo de Dilma, pois mostra lados extremos do mandato da ex-presidente – o lado idolatrada e o lado enxotada, rejeitada e despreparada para manter a simpatia da sociedade brasileira.

A dramatização de expressões geralmente ocorre quando o ZH faz questão de comparar a queda da popularidade de Dilma Rousseff e a sua possível perda do cargo de presidente da República por um impeachment com os índices altos de sua popularidade e conquista de simpatia como presidente e governante. Ao praticar a dramatização dos relatos através da utilização de expressões que mostram lados extremos e contrários do ocorrido, consegue trazer um impacto maior à informação consumida pelo leitor. Ou seja, por exemplo: Dilma era tão adorada e idolatrada por parte da sociedade brasileira e, agora, desaba no conceito dos brasileiros.

Por isso, quando o ZH, ao falar de Dilma também como aquela que entrou triunfalmente para a história por ser a primeira mulher a assumir a Presidência da República e que agora tinha a possibilidade de deixar o poder sem glória ou honra, permite mais uma vez a dramatização do discurso com ideia de rejeição quando mostra outros dois lados extremos de seu mandato – o lado da mulher *que entrou triunfalmente para a História* e o lado da mulher que *conheceu o reverso da moeda*, rejeitada e fracassada.

Ainda na mesma sequência discursiva, quando o ZH destaca que Dilma Rousseff é uma *ex-guerrilheira* dá a entender que ela não foi nada além de uma guerrilheira, de uma rebelde, e que não teve outras funções além desta. Assim, ZH silencia o extenso currículo de Dilma Rousseff que já foi, segundo sua biografia encontrada no site do Palácio do Planalto¹¹, diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a volta da democracia no Brasil; presidente da Fundação de Economia e Estatística, no ano de 1990; secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul, em 1993; ministra de Minas e Energia, em 2003; e antes de se candidatar a Presidência da República, Dilma também foi chefe

¹¹ Palácio do Planalto. Biografia da ex-presidente Dilma Rousseff. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia>>. Acesso em: 20 out. 2016.

da Casa Civil e coordenou o trabalho de todo ministério em 2005. Portanto, a utilização destas expressões que caracterizam Dilma Rousseff e o silenciamento de outras que poderiam substituir estas características reafirmam a formação discursiva que trata Dilma somente como uma governante despreparada.

Ainda no mesmo sentido de uma governante despreparada, Zero Hora selecionou uma fala utilizada por Zezé Perrella do PTB Minas Gerais que diz:

- A Dilma **não se elegeria nem vereadora** em Porto Alegre, com todo o respeito. Diziam que ela era uma grande técnica. **Técnica de quê? Só se for de time de futebol** – rebateu Zezé Perrella (PTB - MG). (DD_R2_1, grifo nosso).

Ao selecionar esta fala, e não outra, Zero Hora deixa transparecer no discurso da reportagem a mesma ideia de uma governante sem habilidade para presidir o Brasil. Ainda que nesta frase a expressão *grande técnica* sugira que Dilma Rousseff teve outras funções além de guerrilheira, da mesma forma não deixa de menosprezar o currículo de Dilma anterior à Presidência da República.

O jornal também utiliza pesquisas de opinião para respaldar sua interpretação acerca do despreparo de Dilma.

Seu índice de popularidade – que alcançara 71% durante a faxina ética que conduziu no primeiro mandato – **desabou** para 9%, mesmo patamar do ex-presidente Fernando Collor às vésperas de **semelhante deposição**. **O descontentamento levou milhões de pessoas às ruas, nos maiores protestos que o país já testemunhou**. (DD_R2_3, grifo nosso).

A reafirmação da formação discursiva Dilma Despreparada se dá, principalmente, quando o ZH utiliza a palavra *desabou* para definir a queda do índice de popularidade de Dilma relacionando com a expressão *semelhante deposição* ao comparar a situação da ex-presidente com o impeachment de Fernando Collor. A expressão *desabou* que também é comparada ao índice de popularidade de Dilma, que alcançara 71% no seu primeiro mandato, é outra que dramatiza o discurso e permite um impacto no relato. Ainda, da mesma forma, o jornal utiliza a frase *O descontentamento levou milhões de pessoas às ruas, nos maiores protestos que o país já testemunhou*, relacionando a expressão *descontentamento* com o desabamento da popularidade da ex-presidente, deixando transparecer a ideia de que o Brasil inteiro estava insatisfeito com o governo de Dilma Rousseff, como se não existissem milhões de pessoas no Brasil a favor de sua permanência na Presidência da República.

Quando o Zero Hora utiliza expressões que tratam de Dilma como uma governante incapaz e despreparada - *governante impopular e inábil, ex-guerrilheira*

que conheceu o reverso da moeda e pode deixar o poder *sem glória ou honra* -, além das outras expressões tratadas no início deste tópico, o ZH contradiz novamente uma de suas orientações éticas:

Na visão do Grupo RBS, jornalismo é a atividade de produzir informação e análise com liberdade, responsabilidade e independência. [...] os conteúdos jornalísticos devem ser baseados em conceitos que valorizem a busca da verdade e a **pluralidade**. (GRUPO RBS, 2011, p.15, grifo nosso).

Porém, ao tratar de expressões que somente trazem Dilma como uma governante despreparada, a pluralidade defendida pelo Zero Hora em seu código de ética não é respeitada, pois desconsidera os que pensam diferente. E ao utilizar uma frase como *O descontentamento levou milhões de pessoas às ruas, nos maiores protestos que o país já testemunhou*, relacionando a expressão *descontentamento* com a queda de popularidade do governo de Dilma - como se não houvesse milhões de pessoas a favor do governo da ex-presidente -, o jornal contradiz, mais uma vez, a diretriz de pluralidade que defende.

Outra SD recortada afirma que Dilma Rousseff foi uma governante com possibilidade de perder o cargo de presidente da República por ser despreparada.

Na prática, porém, Dilma foi afastada pela **corrosão de seu prestígio popular e pela antipatia ao varejo da política**. (DD_R2_4, grifo nosso).

Quando utiliza a frase *corrosão de seu prestígio popular e pela antipatia ao varejo da política* relacionando ao afastamento de Dilma por até 180 dias do cargo na segunda votação do processo de impeachment realizada no Senado, o ZH mobiliza o entendimento do leitor de que, além do desgaste do seu valor para a população brasileira, Dilma não era uma presidente que tinha simpatia interna na política ou que sabia se relacionar com outras autoridades, por isso, foi afastada do poder, por ser despreparada também neste sentido. Na mesma forma de tratar Dilma como uma governante sem habilidade suficiente para assumir a Presidência, outras expressões inseridas na reportagem nº 2 tratam, com o mesmo intuito, de Dilma Rousseff:

Até mesmo o ex-presidente Lula, seu fiador político, **jogou a toalha**. Se na votação da Câmara ele tentou virar os votos até o fim, ontem foi mero espectador da derrocada do projeto político do PT. Desanimado, Lula tem admitido que **errou ao escolher a sucessora do seu legado**. Agora, irá se dedicar à reconstrução do partido, **alvo de rejeição eleitoral** que provoca uma deserção sem precedentes em seus quadros. (DD_R2_5, grifo nosso).

Quando o ZH diz que até mesmo o ex-presidente Lula *jogou a toalha* afirmando que ele tem admitido *que errou ao escolher a sucessora do seu legado*,

em outras palavras o Zero Hora tem ressaltado que Dilma era uma governante despreparada, que não daria certo se fosse mantida como presidente, pois até seu fiador político - a maior representação de sua popularidade no início de seu mandato como presidente do Brasil - se arrependeu de ter escolhido Dilma para assumir a Presidência e reconheceu o fracasso que Dilma levou ao governo do PT. E quando utiliza a expressão *alvo de rejeição eleitoral* relacionando-a com Partido dos Trabalhadores e com a provável reconstrução que Lula terá de realizar no partido, dá a entender que Dilma, por seu despreparo, foi a principal causadora da destruição da imagem do PT.

Por fim, ainda afirmando o despreparo de Dilma Rousseff como presidente da República, o Zero Hora utilizou expressões que colaboram com esta percepção na sequência discursiva DD_R4_1.

Festejado, disse uma frase para definir o significado dos 61 votos que cassaram Dilma, **o placar mais elástico desde o início do processo no Senado**, com sete apoios além do mínimo necessário para confirmar o afastamento da petista, **agora eternizada na galeria dos ex-presidentes**.
- **A votação é o reconhecimento de que o governo já dá respostas**.
(DD_R4_1, grifo nosso).

Quando o jornal Zero Hora diz que Dilma Rousseff, após seu afastamento da Presidência da República, esta *eternizada na galeria dos ex-presidentes*, além de, mais uma vez, dramatizar o discurso da reportagem e decretar que seu afastamento foi permanente, reafirma a formação discursiva Dilma Despreparada (DD). Assim, quando relaciona a frase *o placar mais elástico desde o início do processo no Senado*, com a expressão sobre a queda da ex-presidente *agora eternizada na galeria dos ex-presidentes*, o ZH coloca a culpa do impeachment no despreparo de Dilma, reafirmando a ideia de que o placar foi o mais elástico desde o início do processo, pois ninguém mais aguentava os prejuízos que Dilma deixava no país. Além disso, ao selecionar a expressão utilizada por Temer *A votação é o reconhecimento de que o governo já dá respostas*, principalmente na expressão *o governo já dá respostas*, valida a ideia de que o despreparo de Dilma foi o causador do desabamento do governo PT e da destruição da imagem do partido e, pelo trabalho com mais eficácia realizado por Temer, a votação foi elástica, pois a preferência era de um governo novo e preparado.

O discurso do jornal Zero Hora reforçou o sentido de Dilma como uma governante despreparada e que prejudicou com suas ações o país e o próprio

partido. Os resultados desta análise sugerem que o ZH nas reportagens estudadas agiu de forma contrária aos seus ideais reafirmados no início de 2016, quando completou seus 52 anos, que visam o compromisso com a qualidade, o **profissionalismo**, a **isenção** e a **independência** que, segundo o jornal, sempre fizeram parte de uma trajetória baseada na **ética** e na liberdade (ZERO HORA, 2016, p. 2, grifo nosso). Pois, como claramente é demonstrado através do discurso analisado, o jornal não foi isento ou independente, como diz ser.

5.3 ZERO HORA IMPARCIAL

Na formação discursiva Zero Hora Imparcial (ZI) foram identificadas sequências discursivas que buscam relatar a verdade factual dos quatro momentos das reportagens analisadas (a votação na Câmara dos Deputados; a votação no Senado; a aprovação do processo de impeachment; e a posse do novo presidente da República, Michel Temer). Nesta FD, o Zero Hora relata como ocorreu cada fato de forma objetiva, mais imparcial e tenta claramente mostrar os dois lados do processo de impeachment – o lado dos opositores do governo, que defendiam o impedimento de Dilma Rousseff, e o lado dos defensores do governo de Dilma. Algumas expressões que demonstram que o jornal tratou dos fatos de forma objetiva e mais imparcial são as recortadas da reportagem n° 1 na SD vista a seguir:

A derrota deste domingo, no entanto, **não é definitiva**. Dilma segue presidente, **pelo menos durante mais alguns dias**, até que a batalha final seja travada em outro front, o Senado. (ZI_R1_1, grifo nosso).

Quando o Zero Hora relata, na primeira reportagem analisada, sobre a votação do impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados que aceitou, em sua maioria, que o processo desse prosseguimento, ao utilizar a expressão *não é definitiva* o Zero Hora mostra que de fato, aquele momento retratado na reportagem n° 1 não era um momento decisivo e dá a entender que ainda precisam ser executados outros procedimentos para efetivar o processo. Ela relativiza o processo, sem decretar um fim, como visto nas FDs anteriores. Da mesma forma, quando o jornal utiliza a expressão *pelo menos durante mais alguns dias*, em relação à permanência de Dilma Rousseff na Presidência da República, mobiliza o entendimento do leitor para uma mesma percepção da primeira expressão *não é definitiva*, ou seja, Dilma ainda estará no poder até a próxima votação no Senado que permitirá ou não a sua permanência.

Ainda no mesmo sentido de que Zero Hora tratou com mais imparcialidade os fatos abordados nas reportagens, outra sequência discursiva mostra uma expressão que dá a ideia de que o fato relatado não é definitivo - ao contrário de outras expressões tratadas nas formações discursivas GF e DD - é a quinta sequência discursiva recortada da reportagem nº 1:

Nesse cenário complicado, ninguém põe em causa que a sessão de ontem na Câmara será vista sempre como um momento marcante para o país – mas o que esse acontecimento histórico vai significar **ainda está para ser descoberto**. (ZI_R1_5, grifo nosso).

O jornal zero Hora, ao utilizar a expressão *ainda está para ser descoberto* demonstra em seu relato que a primeira votação pelo impeachment ocorrido na Câmara dos Deputados não é definitiva, ainda está para ser descoberto o resultado concreto, que ainda são necessários outros procedimentos para dar continuidade ao impedimento de Dilma Rousseff. Ao fazer isso, Zero Hora adota um discurso mais imparcial na construção do relato. Nestas expressões e sequências discursivas em específico, Zero Hora confirma aquilo que defende em seu código de ética que diz: “Ao elaborar uma notícia, o jornalista da RBS deve ter como **única motivação divulgar**, com **precisão e equilíbrio**, um fato de interesse do público.” (GRUPO RBS, 2011, p.26, grifo nosso).

Zero Hora também mantém um discurso menos torcedor e, portanto, mais imparcial sobre o impeachment de Dilma Rousseff com uma tentativa de mostrar os dois lados do fato a fim de equilibrar o relato.

Quando Cunha abriu a sessão, o Brasil estava eletrizado diante da TV ou em atos públicos que mobilizaram multidões em dezenas de cidades, **a favor e contra o impeachment**. (ZI_R1_2, grifo nosso).

Ao utilizar a expressão *a favor e contra o impeachment*, Zero Hora relata os dois lados da situação, e não dá preferência, nesta sequência discursiva, nem para o lado dos opositores e nem para o lado dos defensores. Nesta SD, o ZH deixou claro que existem dois lados. Ainda, quando utiliza a expressão *a favor e contra o impeachment* referindo-se a um *Brasil eletrizado diante da TV ou em atos públicos que mobilizaram multidões*, a preferência por tratar dos dois lados mostrou que desta vez, ao contrário de outras expressões pretensiosas usadas nas formações discursivas GF e DD, Zero Hora se manteve mais imparcial ao assumir que o Brasil tinha dois lados: o contra e o a favor de Dilma Rousseff.

Ainda na tentativa de mostrar os contrários e os defensores do governo de Dilma, outras expressões foram encontradas na seguinte sequência discursiva:

Na esplanada diante do parlamento, onde grupos **contra e a favor do impeachment** aglomeravam-se, separados por um muro erguido para evitar conflitos, **um dos lados vibrou, o outro lamentou**. As comemorações alternaram-se durante o restante da votação, mas logo ficou claro que a disputa era desigual. (ZI_R1_4, grifo nosso).

E também nesta sequência discursiva:

Às 6h34min de hoje, o voto de **55 senadores favoráveis e 22 contrários** a afastou do cargo por até 180 dias [...]. (ZI_R2_2, grifo nosso).

Com a utilização da expressão *contra e a favor do impeachment* inserida, mais uma vez, na reportagem nº 1, Zero Hora reafirma uma tentativa de mostrar ambos os lados. Além disto, ao dizer que *um dos lados vibrou, o outro lamentou* o jornal tentou relatar, sem exclusão, o que aconteceu na primeira votação na Câmara. Já na sequência ZI_R2_2, apesar de parecer que a expressão *55 senadores favoráveis e 22 contrários* seja apenas um relato factual, a colocação dos dois resultados também demonstra uma tentativa de não favorecer apenas opositores ou defensores do impeachment, ao contrário das sequências discursivas analisadas nas FDs Governo Fracassado (GF) e Dilma Despreparada (DD). Portanto, a inserção destas expressões que abordam os dois lados do fato discutido reafirma a formação discursiva Zero Hora Imparcial (ZI).

Ao tratar de ambos os lados do fato, tentando não favorecer informações favoráveis ou contrárias e se mantendo equidistante, como identificado nestas expressões em específico, Zero Hora confirma uma declaração do presidente-executivo do Grupo RBS, Eduardo Melzer, que diz: “um jornal não pode ser um instrumento de uma voz só ou de uma só via.” (MELZER, 2014, p. 11).

Além de tentar manter o relato dos dois lados nestas sequências discursivas, outra expressão utilizada na reportagem nº 3 demonstra uma tentativa de manter a imparcialidade no relato sobre as votações do processo de impeachment:

Impeachment de Dilma Rousseff é o último ato de uma série com início em dezembro, quando Cunha abriu o processo contra a **agora ex-presidente**. (ZI_R3_2, grifo nosso).

Quando utiliza a expressão *agora ex-presidente*, Zero Hora constrói um sentido de que somente agora Dilma é considerada ex-presidente de fato, que antes da última votação realizada o processo de impeachment ainda não era concreta a sua saída, por isso agora Dilma é ex-presidente. A utilização da palavra *agora* deixa esse sentido no texto, e também remete a uma ideia de relato factual.

Ainda com a utilização de expressões que remetem a um sentido de verdade factual e imparcialidade, sem decretar precocemente uma posição, outra expressão foi recortada da reportagem n° 4:

Três horas depois de o Senado cassar o mandato de Dilma Rousseff, **o então interino Michel Temer foi efetivado** na Presidência da República, cargo que ocupará até dezembro de 2018. (ZI_R4_1, grifo nosso).

Reafirmando uma imparcialidade na descrição do relato, o Zero Hora utilizou a expressão *o então interino Michel Temer foi efetivado* mostrando que anteriormente, durante as votações pelo processo de impeachment de Dilma Rousseff, Temer estava no cargo como *interino*, temporário, pois o prosseguimento do impeachment e sua suposta confirmação não eram definitivos, por isto, após a última votação no Senado que concretizou o processo, Temer foi *efetivado*. Quando usam as palavras *então* e *interino* ao se referir do posto em que Michel Temer se encontrava, ZH remete a ideia de incerteza sobre a permanência de Temer na Presidência, e quando usa a palavra *efetivado* confirma esta ideia, pois somente agora Temer é *efetivado* no poder - anteriormente não estava estabilizado, como foi praticamente tratado em outras sequências discursivas analisadas nas FDs Governo Fracassado (GF) e Dilma Despreparada (DD).

A utilização das expressões *agora* (ZI_R3_2) ao se tratar de Dilma como ex-presidente e *então* (ZI_R4_1) ao se referir à posse de Temer, não permite um sentido de decreto no discurso, pois o *agora* mostra que anteriormente Dilma ainda não era considerada ex-presidente e o *então* mostra que Temer ainda não era considerado presidente, portanto, estas expressões inviabilizam uma tomada de posição precoce sobre o fato.

Ao utilizar expressões que remetem a uma ideia de imparcialidade, de pluralidade e de relato da verdade factual, Zero Hora respeita suas posições tratadas no capítulo 3 desta monografia, onde, em quase todas as suas declarações, defende a imparcialidade, isenção e pluralidade.

5.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da análise das três formações discursivas - Governo Fracassado (GF), Dilma Despreparada (DD) e Zero Hora Imparcial (ZI) - encontradas na análise do discurso das quatro reportagens sobre o impeachment de Dilma Rousseff escritas pelo jornal Zero Hora, verificou-se que o sentido predominante que o ZH

mantveu foi um sentido parcial em relação à cobertura do processo de impedimento. Mesmo que tenham sido encontradas sequências discursivas que relatam os fatos de forma mais imparcial e com uma tentativa de mostrar o lado dos opositores ao governo e o lado dos defensores do governo de Dilma, ainda assim predomina no discurso analisado o sentido de que Dilma Rousseff é despreparada e seu governo fracassado.

Não foram encontrados, na análise do discurso das quatro reportagens escritas pelo Zero Hora, posicionamentos que falassem de forma positiva sobre o governo de Dilma Rousseff ou sobre Dilma como uma boa presidente da República. Excluindo as tentativas de relatos mais imparciais buscando a verdade factual (CARTA, 2014) encontradas nos textos, foram identificados majoritariamente a construção de sentidos contra o governo de Dilma Rousseff e contra Dilma como governante. Portanto, o jornal ZH construiu um discurso favorável ao impeachment de Dilma Rousseff utilizando e selecionando expressões como *um corpo diabético, cuja perna apodrecida tem que ser amputada* (GF_R2_1) ao se referir ao governo, ou *a governante impopular e inábil enxotada do Palácio do Planalto apenas um ano e meio de amearhar 54,5 milhões de votos* (DD_R1_1) e *Lula tem admitido que errou ao escolher a sucessora do seu legado* (DD_R2_5) ao se referir a Dilma Rousseff como presidente da República.

Ao utilizar e selecionar expressões com estes sentidos para tratar sobre o governo e sobre Dilma Rousseff como governante, Zero Hora contradiz aquilo que defende como diretriz que são os princípios de imparcialidade, isenção, pluralidade, ética, profissionalismo (GRUPO RBS, 2011; ZERO HORA, 2016), entre outros vários termos que aparecem repetitivamente em seus códigos de ética e posicionamentos, pois ao preferir a utilização destas expressões e não outras mais objetivas para tratar sobre os fatos, ZH não se mostrou imparcial, nem isento e nem plural. Como entende Barros Filho (2008), a objetividade no relato jornalístico só se tornaria possível quando a honestidade, o propósito e a vontade se transformassem em um comportamento, hábito ou procedimento informativo. Porém, ao se tratar de Zero Hora e de suas posições tomadas nas reportagens sobre o impeachment, e não nos editoriais, onde predomina a opinião do veículo, os dados desta pesquisa sugerem que o jornal foi parcial, pois não houve uma honestidade nem uma objetividade por parte do jornal para tratar os fatos.

Apesar de o sentido predominante no discurso do jornal Zero Hora ser um sentido parcial, percebeu-se que em algumas sequências discursivas o jornal manteve um relato objetivo da verdade factual e com mais imparcialidade – por isto foi criada a FD Zero Hora Imparcial. Inclusive, outro fator relevante nos resultados desta pesquisa, é que na análise dos sentidos das sequências discursivas em geral, percebeu-se também que muitas SDs que formaram a FD Dilma Despreparada (DD) tinham sentidos que também se referiam à FD Governo Fracassado, como é visto nas SDs DD_R1_2, DD_R2_2, DD_R2_3 e DD_R2_5. Ainda, também, em duas SDs (GF_R2_2 e GF_R2_3) da formação discursiva Governo Fracassado (GF) encontrou-se um sentido equivalente para a FD Dilma Despreparada (DD).

Sobre esta porosidade das formações discursivas, Orlandi (2001) explica que isto acontece porque os sentidos são resultados de relações e, para a autora, um discurso sempre aponta para outros que o sustentam. Todo discurso, segundo Orlandi (2001), é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não existe um único sentido concreto para o discurso, pois um dizer, para a autora, tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. Por isto, uma sequência discursiva que forma determinada FD pode, também, ter um mesmo sentido de outra FD construída na análise, e que, apesar do sentido predominante ser parcial, ainda pode-se encontrar relatos mais imparciais no discurso.

Visto que o discurso não é concreto e que permite um conflito de sentidos, entende-se o porquê da formação discursiva Zero Hora Imparcial (ZI) também ser encontrada no relato das reportagens analisadas – pois, além de existir um predomínio de sentido contrário a Dilma e seu governo, houve uma tentativa do jornal de se manter imparcial e objetivo, mostrando, em algumas sequências discursivas, os dois lados dos fatos, buscando assim a verdade factual. Ou seja, no discurso das reportagens não se manteve somente as posições parciais, também existiu um sentido mais jornalístico e menos opinativo, que é o que deveria predominar no jornalismo de informação prometido por ZH.

Quando o jornal Zero Hora defende os princípios de imparcialidade e isenção encontrados em seus códigos de ética, percebe-se uma defesa da imparcialidade próxima à Teoria do Espelho. A teoria do espelho entende que o jornalista é capaz de relatar a realidade como se fosse um espelho no qual o reflexo é único e exato, e que a verdade é absoluta, pois não poderia ser de outra maneira. É o sentido

presente nas duas FDs, tanto o fracasso do governo como o despreparo de Dilma são apresentados como verdades absolutas e únicas. Por isso a imparcialidade do jornal é parcial no discurso analisado. Na teoria do espelho, o jornalista é considerado um ser imparcial e isento porque relataria os acontecimentos sem a interferência de suas opiniões pessoais. O discurso da imparcialidade do Zero Hora ofusca sua prática parcial. Já a teoria da construção social da realidade compreende que é impossível o jornalista separar informação de opinião, pois é com as duas coisas juntas que ele constrói o relato jornalístico.

Além disso, para esta teoria, a realidade não é única, mas construída de forma compartilhada entre os indivíduos. O princípio da imparcialidade, portanto, só é capaz de guiar honestamente o jornalista na direção da verdade factual quando este reconhece sua subjetividade, sua parcialidade. Quando nega seu lugar de fala, por ingenuidade ou por segundos interesses, o jornalista não é capaz de enxergar o outro, só enxerga a si mesmo, pois o espelho nunca espelha a realidade, espelha apenas a imagem do sujeito que observa.

Em relação à teoria da construção social da realidade, Amaral (1996) explica que os nossos atos são influenciados por nossa maneira própria de ver, sentir e reagir ao mundo externo. Segundo ele, o ser humano vê o mundo por meio de um filtro e com base nessa apreciação constrói a sua realidade. Pelo discurso das reportagens aqui analisado, o jornal ZH parece defender a imparcialidade da teoria do espelho, como se o relato que o jornal produz fosse uma verdade absoluta (verdade única e incontestável) e o jornalista um ser neutro sem subjetividade. Esta maneira de vender a imparcialidade esconde o processo de construção das notícias.

Traquina (2005) já afirmava que a ética dominante, os valores, as normas identificadas e os procedimentos identificados como profissionalismo fazem com que dificilmente os jornalistas aceitem qualquer ataque à teoria do espelho porque a credibilidade destes está presente na crença social de que as notícias refletem somente a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito profissional e asseguram que são simples mediadores que reproduzem o acontecimento na notícia. Porém, não foi isto que se percebeu na análise das quatro reportagens escritas por Zero Hora, pois, claramente, a dita imparcialidade do jornal é parcial. Ao tomar partido, ela não foi um simples mediador da informação. A partir desta compreensão, é válida a afirmação de Pena (2013) que diz que, atualmente, a notícia nunca esteve tão carregada de opiniões.

A partir da defesa da teoria da construção social da realidade e de uma verdade factual e não absoluta ou incontestável o jornalista profissional Mino Carta (2014) defende que o jornalista teoricamente oferece aos leitores a oportunidade de confrontar opiniões, de ouvir versões, e de conhecer a verdade factual, a fim de informar sua própria posição sobre os fatos. É desta forma que é defendida a possibilidade e a necessidade de uma imparcialidade jornalística nesta monografia, comprometida com a construção de uma narrativa honesta sobre a verdade factual, bem diferente do discurso das verdades absolutas.

Ainda levando em consideração os relatos parciais de Zero Hora sobre a cobertura do impeachment de Dilma Rousseff que defenderam constantemente o impedimento da ex-presidente, pode-se sugerir que o jornal fez uma abordagem que atendeu as expectativas do seu público, e não do interesse público (SARTOR, 2016), pois uma das defesas do ZH como veículo é a de noticiar os fatos na perspectiva de seus leitores. Uma comprovação desta ideia se encontra na afirmação do presidente do Conselho de Administração e do Comitê Editorial do Grupo RBS, Nelson Sirotsky, que diz que “uma das principais características de Zero Hora sempre foi a capacidade de inovação e a profundidade ao noticiar os acontecimentos na perspectiva de seu público.” (ZERO HORA, 2014, p.10). E também o editor-chefe do Zero Hora, Nilson Vargas (ZERO HORA, 2014), admite que o jornal tenta atender ao que o público espera. Já no entendimento do vice-presidente editorial do Grupo RBS, Marcelo Rech (2016), o jornal soube estabelecer uma agenda de assuntos que atende ao interesse de seu leitor.

Portanto, ao posicionar o discurso das reportagens analisadas de forma favorável ao impeachment de Dilma Rousseff, entende-se que o público do ZH esperava uma abordagem neste viés pelo jornal. Neste sentido, nas reportagens analisadas o Zero Hora parece ter praticado um jornalismo mais focado no interesse do seu público contrário a Dilma do que no interesse público, pois o interesse público é o interesse compartilhado entre a sociedade, ou seja, tudo que tem impacto para a vida da população (SARTOR, 2016) e, conseqüentemente, envolve um relato mais imparcial visando à divulgação da informação por todos os ângulos possíveis. Já o interesse do público pode implicar informações relacionadas às preocupações privadas dos indivíduos ou instituições, ou publicações com relevância pública, mas na perspectiva do veículo (SARTOR, 2016) que, conseqüentemente, envolve um relato no viés do emissor.

Sartor (2016) explica que o jornalismo e os jornalistas podem selecionar um fato de interesse público e construí-lo na perspectiva do interesse do público ou vice-versa, e geralmente isto ocorre como uma estratégia para legitimar interesses privados. Como exemplo, Sartor (2016) ainda diz que a própria mídia, ao ser criticada por exibir conteúdo violento, sensacionalista ou ofensivo, visando seu próprio interesse, alega que deve mostrar aquilo, pois a sociedade precisa e quer saber. Porém, isto implica muito mais a uma concepção de audiência visando consumidores para os quais os produtos informativos precisam ser feitos sob medida (SARTOR, 2016). Desta forma, “pode atribuir uma qualidade de interesse público a relatos cuja produção e disseminação atendam aos interesses econômicos da própria organização jornalística [...]” (SARTOR, 2016, p. 125). E é desta forma que, a partir da análise do discurso de reportagens sobre o impeachment realizado pelo Zero Hora sugere-se que o jornal abordou de forma parcial os relatos visando os interesses e a atenção dos seus consumidores e os seus próprios.

Para Fonseca (2008), todos os métodos adotados pelo jornal Zero Hora para se aproximar de seu público são estratégias de natureza editorial, que se somam às estratégias comerciais e mercadológicas da empresa. Para a autora, esses métodos são formas empregadas pelo jornal com o objetivo de conhecer os seus públicos e mantê-los satisfeitos. No entendimento de Berger (1998), Zero Hora decide assim o que publicar: “o que há de novo no mundo hoje que ‘caiba’ no meu jornal, que conquiste leitores e não se confronte com os que o sustentam economicamente?” (BERGER, 1998, p. 37). Esta constatação de Berger (1998) ainda é válida e poderia ser reescrita nos termos desta pesquisa: “o que há de novo sobre o impeachment que ‘caiba’ no meu jornal, que conquiste leitores contrários à Dilma e não se confronte com os que o sustentam economicamente?”.

Segundo Fonseca (2008), o jornalismo deve visar à publicação e o debate de temas de interesse público, pois, por exemplo, com a adoção de métodos que relatam fatos de interesse público, mas fazem uma abordagem visando agradar somente parte da sociedade (aqueles que lhe interessam agradar), como fez Zero Hora, a profissão transforma-se numa atividade com finalidade de servir ao público - o que representa uma mudança de orientação. Moretzsohn (apud FONSECA, 2008) explica que servir ao público passa a ser uma atividade pautada por máximas de supermercado onde é preciso “servir bem para servir sempre” (MORETZSOHN apud FONSECA, 2008, p. 281), pois como mercadoria a notícia deve ser oferecida no

gosto do consumidor e, com isto, a qualidade do que é oferecido é medida por este padrão mercadológico.

Ao tratar o relato do impeachment de maneira parcial, como uma mercadoria visando atender os interesses do seu consumidor e, conseqüentemente, os interesses econômicos do próprio jornal, o Zero Hora desconsidera o código de ética dos jornalistas brasileiros que diz que “a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o **interesse público**” (FENAJ, 2007, Art 2º, §II, grifo nosso) e não o interesse do público, além de, também, contrariar o parágrafo I do mesmo código que se refere à independência da linha política e do interesse econômico da empresa para qual trabalha.

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida **independentemente da linha política** de seus proprietários e/ou diretores **ou da natureza econômica** de suas empresas. (FENAJ, 2007, grifo nosso)

Por fim, compreende-se, nesta monografia, que a imparcialidade é válida pelo viés da construção social da realidade, como um princípio desejável que orienta a busca da verdade factual realizada pelo jornalista - por isto existem métodos objetivos a fim de deixar o relato o mais imparcial possível. Nesta perspectiva, entende-se que quando um jornalista compreende que ele, por si próprio, não é objetivo nem isento, mas que pode usar de um método objetivo para tratar do fato com honestidade e mais imparcialidade, é muito mais fácil este jornalista conquistar credibilidade. É preciso assumir a parcialidade para ser o mais imparcial possível. Quanto mais um jornal se aproxima do relato honesto e com mais imparcialidade, mais este jornal alcança a credibilidade, que é considerada um dos valores mais importantes do jornalismo.

A partir da análise do discurso construído pelas quatro reportagens sobre o impeachment de Dilma Rousseff publicadas pelo Zero Hora, é possível responder ao problema desta pesquisa – se o jornal Zero Hora foi imparcial na cobertura do impeachment de Dilma Rousseff - sugerindo que ZH não foi imparcial nestas reportagens, pois o sentido predominante no discurso do jornal foi um sentido parcial sobre Dilma e seu governo, explicitando um apoio ao processo de impedimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o contexto histórico e político vivido pelo Brasil desde o final do ano de 2015 - quando iniciou o processo de impeachment da ex-presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff - e com o intuito de estudar a cobertura do jornal Zero Hora sobre o fato, discutindo a imparcialidade, foi elaborado um problema de pesquisa para esta monografia através da questão: o jornal Zero Hora foi imparcial na cobertura do impeachment de Dilma Rousseff? A partir da análise de discurso aplicada no estudo das sequências discursivas recortadas de quatro reportagens que contam os principais momentos decisivos do impeachment (a votação na Câmara dos Deputados; a primeira votação no Senado; a última votação decisiva no Senado; e a posse de Michel Temer como atual presidente da República) escritas pelo ZH, e com a identificação de relatos parciais nos discursos, é visto que Zero Hora não foi imparcial na cobertura do impeachment.

Para chegar a esta conclusão, alguns objetivos específicos foram alcançados no decorrer da construção desta pesquisa: foram revisadas as bibliografias sobre imparcialidade jornalística nos autores do jornalismo e no Zero Hora; identificaram-se as formações discursivas que predominaram nas reportagens sobre o impeachment do jornal Zero Hora; e a partir da Análise do Discurso das reportagens, refletiu-se sobre a importância da imparcialidade no jornalismo. Estes três objetivos contribuíram para alcançar o objetivo geral desta pesquisa que era analisar a imparcialidade jornalística no discurso de reportagens do jornal Zero Hora sobre o impeachment de Dilma Rousseff.

Portanto, ao alcançar e trabalhar os objetivos, aplicando o método de Análise do Discurso de Linha Francesa (AD) no estudo de tais reportagens, foi confirmada a hipótese inicial sobre a cobertura do impeachment pelo jornal ZH, que era a ideia de que o jornal foi parcial em seus relatos e favoreceu o lado dos opositores ao governo de Dilma Rousseff.

A imparcialidade foi discutida nesta pesquisa justamente por ser um dos princípios mais importantes do jornalismo e por se tornar banal a sua empregabilidade nos relatos dos fatos. Banal, pois, como visto na análise das quatro reportagens do ZH sobre o impeachment, é possível que um veículo defenda em seus códigos de ética o princípio de imparcialidade, os termos isenção, ética, pluralidade, transparência e independência e, ainda assim, pratique a construção de

um relato que favorece apenas um dos lados do fato – ou seja, o lado que lhe interessa favorecer – sem respeitar aquilo que consta em seus posicionamentos éticos. Zero Hora diz atender os interesses do seu público. Portanto, se os públicos destes jornais querem consumir relatos que falem contra o governo de Dilma Rousseff, os jornais vão elaborar relatos com este viés para não perder os seus consumidores e por visar os próprios interesses políticos.

Porém, ao dar preferência em atender os seus interesses políticos e os de seus públicos e não o interesse público, ou, até mesmo, utilizar fatos de interesse público (como o impeachment de Dilma Rousseff) e tratá-los no viés dos interesses privados das empresas para as quais trabalham, é contraditório jornais que agem como o Zero Hora defenderem a imparcialidade em suas diretrizes se não a praticam como princípio do jornalismo. Portanto, Zero Hora fez no caso analisado o contrário do que defende e diz fazer, um jornalismo pautado pelo princípio da imparcialidade.

A imparcialidade é um dos temas mais debatidos entre os profissionais e estudantes de jornalismo, pois é um dos princípios mais importantes do jornalismo. E por ser, diversas vezes, utilizada apenas como promoção da autoimagem do jornalista e/ou do veículo de comunicação, e como ferramenta de marketing de um trabalho com credibilidade questionável, é que se tornou necessário o seu debate nesta pesquisa.

Nesta monografia a imparcialidade foi conceituada de duas formas: pela teoria do espelho e pela teoria da construção social da realidade. Da primeira forma, a imparcialidade refere-se ao termo isenção, considerada como um princípio que exclui toda e qualquer opinião e interferência subjetiva no relato jornalístico; da segunda forma, a imparcialidade refere-se ao termo honestidade, tratando-a como um princípio que entende a existência da subjetividade do indivíduo, mas que busca um relato mais próximo da objetividade possível – é desta forma que a imparcialidade é defendida nesta pesquisa. Portanto, a partir da conceituação da imparcialidade por estas duas teorias, sugere-se que o jornal ZH defende uma imparcialidade e isenção em seus códigos de ética que se relacionam a teoria do espelho – tratando o jornalista como um ser isento e o relato como uma verdade absoluta e incontestável. A análise do discurso construído sobre o impeachment mostrou que imparcialidade do Zero Hora não é apenas parcial, é também fictícia.

Para que o jornalista consiga ser mais imparcial, é necessário que ele assuma sua parcialidade e compreenda que ele é um ser subjetivo. Somente com esta compreensão, o jornalista assume honestamente os seus próprios limites e, por meio disto, consegue produzir um relato mais objetivo visando abordar todos os lados do fato e não só o lado que lhe convém ou que lhe é aceitável. A partir do momento em que o jornalista entende que apesar de ele concordar com determinada posição, também existem outras posições sobre o mesmo fato, ele consegue produzir - através da utilização de um método objetivo - um discurso que não favorece um lado ou outro, mas que é mais imparcial, que relata a verdade factual e não a absoluta, a fim de praticar um jornalismo de interesse público e não de interesse de um público em específico.

Somente com a busca pelo princípio da imparcialidade que se consegue construir um relato honesto, objetivo e que permita conhecer a verdade factual defendida por Mino Carta na epígrafe desta monografia. Apesar de ser impossível alcançar uma isenção e que todo discurso terá brechas onde, provavelmente, a opinião do jornalista seja transmitida, ainda assim, com a busca de uma imparcialidade, o sentido que prevalecerá no discurso do texto construído pelo jornalista honesto será um sentido objetivo, com um relato da verdade factual e uma tentativa de não excluir ou silenciar alguma posição sobre o fato abordado.

Portanto, a imparcialidade como isenção ou como verdade absoluta, esta não é possível, mas a imparcialidade como honestidade, como busca de uma objetividade e como verdade factual, esta sim é possível. O jornalista nunca, como ser subjetivo que é, conseguirá produzir um relato sem interferência da opinião pessoal, mas se este jornalista for honesto e comprometido conseguirá praticar um jornalismo de qualidade pautado no interesse público.

Apesar de tudo que foi abordado nesta pesquisa, o princípio de imparcialidade ainda provocará confusões conceituais, deixando os próprios jornalistas na dúvida de sua possível empregabilidade como honestidade através de um método objetivo na construção do relato sobre a realidade. Por ainda provocar muitas confusões de sua empregabilidade e, também, de sua existência, que se torna essencial uma contínua discussão sobre imparcialidade jornalística como um princípio, como valor-guia em códigos de ética dos jornais e veículos de comunicação, e como um caminho determinante para a conquista da credibilidade e qualidade não só dos jornais e veículos, mas do jornalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Luiz. **A objetividade Jornalística**. Porto Alegre: Sagra, 1996. 98 páginas.

BARROS, Clóvis de. **Ética na Comunicação**. 6ª edição. São Paulo: Summus Editorial, 2008, 230 páginas.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998, 223 páginas.

BEDINELLI, Talita. A guerra jurídica do impeachment: do que Dilma é acusada?. **EI País**, Brasil, 30 ago. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/politica/1472412248_958761.html>. Acesso em: 11 out. 2016.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público. Scielo Brasil, Campinas, vol. 18, nº 1, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000100002>. Acesso em: 27 ago. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp?item=951>>. Acesso em: 11 out. 2016.

BRIXIUS, Leandro José. **Objetividade Jornalística: um estudo a partir das rotinas de produção das editorias de política da Zero Hora e Correio do Povo**. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)-Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/Objetividade%20jornalistica.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

CARTA, Mino. In: **O Mercado de Notícias: um documentário sobre jornalismo**. Direção: Jorge Furtado; Produção: Nora Goulart. Porto Alegre: CASA DE CINEMA, 2014. DVD (94min.), windescreen, son. color.

Deutsche Welle Brasil. Em 13 anos no poder, PT minou o próprio legado. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/em-13-anos-no-poder-pt-minou-o-pr%C3%B3prio-legado/a-19523883>>. Acesso em: 10 out. 2016.

Direitos Brasil. O que é o impeachment? Saiba como funciona. Disponível em: <<http://direitosbrasil.com/o-que-e-impeachment/>>. Acesso em: 11 out. 2016.

Época Negócios. Dilma poderá ser o 11º presidente do Brasil a não terminar o mandato. **Época Negócios**, Brasil, 12 abr. 2016. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/04/dilma-podera-ser-o-10-presidente-eleito-do-brasil-nao-terminar-o-mandato.html>>. Acesso em: 14 out. 2016.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. **Código de Ética do Jornalista Brasileiro**. Vitória, 4 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros.pdf>>. Acesso em: 13 set, 2016.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Indústria de Notícias**: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, 310 páginas.

FORTES, Leandro. In: O Mercado de Notícias: um documentário sobre jornalismo. Direção: Jorge Furtado; Produção: Nora Goulart. Porto Alegre: CASA DE CINEMA, 2014. DVD (94min.), windescreen, son. color.

GLEICH, Marta. O crivo dos leitores. **Zero Hora**, Porto Alegre, 04 mai. 2016. Zero Hora 52 anos, p. 6.

KARAM, Francisco José Castilho. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. 4º edição. São Paulo: Summus Editorial, 2014. 230 páginas.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo**: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir. Portugal: Porto Editora, 2004. 223 páginas.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. 6º edição. São Paulo: Ática, 2006. 78 páginas.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3º edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, 286 páginas.

LESSA, Alexandra Valesca M. O processo de impeachment contra o presidente da República Federativa do Brasil. Revista da Faculdade de Direito de Campos, Rio de Janeiro, ano 6, n. 6, junho de 2005. Disponível em: <<http://www.uniflu.edu.br/arquivos/Revistas/Revista06/Dissertacoes/Resumo.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

LÔBO, Cristiana. In: O Mercado de Notícias: um documentário sobre jornalismo. Direção: Jorge Furtado; Produção: Nora Goulart. Porto Alegre: CASA DE CINEMA, 2014. DVD (94min.), windescreen, son. color.

LOHMANN, Renata. A Objetividade no Fotojornalismo: um estudo de caso do jornal Zero Hora. 2011. 17 f. Trabalho de conclusão (Graduação em Jornalismo)- Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/37638?locale=pt_BR>. Acesso em: 13 set. 2016.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Intersubjetividade, experiência e comunicação**. In: MARTINO, Luís Mauro Sá. Teoria da comunicação. Petrópolis: Vozes, 2009. p.80-82.

MELZER, Eduardo Sirotsky. O valor da ousadia. **Zero Hora**, Porto Alegre, 01 mai. 2014. Guia de Mudança ZH 5.0, p. 11.

MELO, Itamar. Dilma perde 1º round do impeachment. **Zero Hora**, Porto Alegre, 18 abr. 2016. Primeiro Caderno, p.6. Disponível em: <<http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=18554&edicao=634>>. Acesso em: 20 set. 2016.

MORETZSOHN, Sylvia. “Profissionalismo” e “Objetividade”: o jornalismo na contramão da política. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Niterói, novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.html>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

OLIVEIRA, Rosane. Nove meses para a história. **Zero Hora**, Porto Alegre, 01 set. 2016. Primeiro Caderno, p.2. Disponível em: <<http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=18973&edicao=1337>>. Acesso em: 20 set. 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2001. 100 páginas.

Palácio do Planalto. Biografia da ex-presidente Dilma Rousseff. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia>>. Acesso em: 20 out. 2016.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. 3º edição. São Paulo: Editora Contexto, 2005, 235 páginas.

PETTERLE, Andiara. “O leitor pode esperar uma Zero Hora ainda mais completa”. **Zero Hora**, Porto Alegre, 04 mai. 2016. Zero Hora 52 anos, p. 14.

Politize. Impeachment: 5 coisas que você precisa saber. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/impeachment-5-coisas-que-voce-precisa-saber/>>. Acesso em: 11 out. 2016.

PRETE, Renata Lo. In: O Mercado de Notícias: um documentário sobre jornalismo. Direção: Jorge Furtado; Produção: Nora Goulart. Porto Alegre: CASA DE CINEMA, 2014. DVD (94min.), windescreen, son. color.

RECH, Marcelo. Pra que serve um jornal?. **Zero Hora**, Porto Alegre, 04 mai. 2016. Zero Hora 52 anos, p. 2.

ROSSI, Michelle; RAMIREZ, Mário Marques. A Imparcialidade como Conceito de Qualidade Jornalística. Unigran, Dourados, vol. 01, nº 04, p. 77 até p. 83, 2013. Disponível em: <<http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/4/7.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

ROLLSING, Carlos; MAZUI, Guilherme. Discrição no Congresso, ímpeto no Planalto. **Zero Hora**, Porto Alegre, 01 set. 2016. Primeiro Caderno, p.6. Disponível em: <<http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=18973&edicao=1337>>. Acesso em: 20 set. 2016.

RBS, Grupo. Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística do Grupo RBS. Porto Alegre: RBS Publicações, 2011. 27 páginas. Disponível em: <[http://www.gruporbs.com.br/wp-content/uploads/2015/11/Guia de Etica e Autorregulamentacao Jornalistica.pdf](http://www.gruporbs.com.br/wp-content/uploads/2015/11/Guia_de_Etica_e_Autorregulamentacao_Jornalistica.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2016.

Grupo RBS. Zero Hora. Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/zero-hora/>>. Acesso em: 22 set. 2016.

SARTOR, Basilio Alberto. A Noção de Interesse Público no Jornalismo. 2016. 252 páginas. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação)- Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/140712>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

SCHAFFNER, Fábio. Senado decide afastar Dilma. **Zero Hora**, Porto Alegre, 12 mai. 2016. Primeiro Caderno, p.6. Disponível em: <<http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=18602&edicao=719>>. Acesso em: 20 set. 2016.

SPONHOLZ, Liriam. Objetividade e a teoria do conhecimento. Observatório de Imprensa, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da281020031.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

TOLEDO, José Roberto de. In: O Mercado de Notícias: um documentário sobre jornalismo. Direção: Jorge Furtado; Produção: Nora Goulart. Porto Alegre: CASA DE CINEMA, 2014. DVD (94min.), windescreen, son. color.

TRAQUINA, Nelson. O pólo ideológico do campo jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005. p.125-143.

TRAQUINA, Nelson. A teoria do espelho. In: TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005. p.146-148.

ZERO HORA. **Manual de Ética, Redação e Estilo**. 2º edição. Porto Alegre: L&PM, 1994, 82 páginas.

ZERO HORA. 2014. Porto Alegre: Grupo RBS, mai. 2014. Caderno Especial Guia de Mudança ZH 5.0.

ZERO HORA. 2015. Porto Alegre: Grupo RBS, mai. 2015. Caderno Especial The communication revolution: caiu na rede.

ZERO HORA. 2016. Porto Alegre: Grupo RBS, mai. 2016. Caderno Especial Zero Hora 52 anos.

ANEXOS (DVD)

ANEXO A – Reportagens analisadas no corpus